

RODRIGO MACHADO ALVES

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO



Recordações



**IGREJA MATRIZ DO DIVINO
ESPÍRITO SANTO**

RODRIGO MACHADO ALVES

IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Recordações

167 ANOS DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, CULTURA E RELIGIOSIDADE

Do início da construção em 1842 à finalização em 1857,
chegando aos dias atuais

Edição – 2024

Guarará - MG

| | |
|--|--|
| Título | Igreja Matriz do Divino Espírito Santo |
| Autor | Rodrigo Machado Alves |
| Capa | Rodrigo Machado Alves |
| Foto da Capa | Imagens da Matriz do Divino Espírito Santo de Guarará - MG. Arquivo Espaço Cultural José Vieira Camões. |
| Projeto Gráfico | Leticia Nishihara |
| Revisão Textual e Correção Gramatical | Prof.ª Eloíza Terezinha Ferreira da Fonseca |
| Formato | 14x21 |
| Número de Páginas | 84 |
| Tipografia | Book Antiqua |
| 1ª Edição | Novembro de 2024 |

Distribuição Gratuita

MINISTÉRIO DA
CULTURA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL
DE GUARARA
ADM. 2021/2024



Distribuição Gratuita

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Alves, Rodrigo Machado

Igreja Matriz do Divino Espírito Santo / Rodrigo Machado Alves. -- 1. ed. --
Guarará, MG : Ed. do Autor, 2024.

ISBN: 978-65-01-19935-1

1. Igreja Católica - Minas Gerais (Estado) - História 2. Igreja Matriz
do Divino Espírito Santo - Guarará (MG) - História 3. Igrejas (Edifícios) -
Guarará (MG) - História I. Título.

24-234443

CDD: 282.098151

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Índices para catálogo sistemático:

1. Igreja Matriz do Divino Espírito Santo : Guarará : Minas Gerais :
Estado : História 282.098151

“Muitos homens odeiam a verdade, por amor daquilo que tomaram por verdadeiro.”

SANTO AGOSTINHO

“As coisas mudam no devagar depressa dos tempos.”

JOÃO GUIMARÃES ROSA

“A história está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que em verdade pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo.”

CARL SAGAN

“As pessoas não serão capazes de olhar para a posteridade, se não tiverem em consideração a experiência dos seus antepassados.”

EDMUND BURKE

AGRADECIMENTOS

Deixo registrado através dessas linhas a minha gratidão pela contribuição recebida direta ou indiretamente na elaboração deste material acerca do resgate histórico-cultural da memória da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Com este primeiro passo, acreditamos ser possível, no futuro, surgirem novas informações, além de outras pessoas interessadas no aprofundamento dos assuntos mencionados nesta publicação.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 11 |
| Objetivo | 13 |
| 1 - Uma Capela, marco de um povoado | 15 |
| 2 - Histórico | 18 |
| 3 - Descrição | 23 |
| 4 - Análises do entorno | 26 |
| 5 - Estado de conservação, degradação e intervenção | 28 |
| 6 - Transcrição da escritura feita por Domingos Ferreira Marques | 34 |
| 7 - Divisa Eclesiástica entre Rio de Janeiro e Minas Gerais | 39 |
| 8 - Sacerdotes ao longo dos tempos | 41 |
| 9- Bispos e Arcebispos que visitaram a Paróquia | 50 |
| 10 - Irmandade do Divino Espírito Santo | 55 |
| 11 - Relógio da Matriz do Divino Espírito Santo | 60 |

| | |
|--|-----------|
| 12 - Torre da Matriz do Divino Espírito Santo | 64 |
| 13 - Sinos da Matriz do Divino Espírito Santo | 70 |
| 14 - Fotografias e Recortes Antigos | 72 |
| 15 - Fonte da Pesquisa | 83 |

APRESENTAÇÃO

“Espírito Santo Consolador, concedei-me o dom da fortaleza. Fortalecei minha alma para superar as dificuldades de cada dia, os tormentos das perseguições e as insídias do maligno, ajudai-me a ser forte em meio às fraquezas espirituais, para que eu seja sinal do teu amor e bondade”.

Após 50 dias da Ressurreição de Jesus, estavam reunidos em oração no cenáculo: Maria sua mãe e os apóstolos. Todos com muito medo, de repente, um vento começou a soprar e desceu em forma de língua de fogo, o Espírito Santo, o Espírito de Deus, da verdade, da força, iluminando-os, encorajando-os a darem testemunho de sua fé. Começaram a falar em várias línguas, conforme o espírito lhes concedia falar. Neste momento nascia a Igreja em seus primórdios. “No Novo Testamento, Pentecostes é o dia da Vinda do Espírito Santo” ... (Atos 2:1-13). Pentecostes é considerado o nascimento oficial da Igreja. É o capacitador da missão evangelizadora iniciada por Jesus Cristo.

Alguns podem não acreditar, como muitos não acreditaram na época e até zombaram, porém, para nós, seguidores de Jesus Cristo, foi mais uma prova de amor incondicional de Deus pela humanidade.

Começo assim, a minha apresentação dessa obra para que você possa entender qual a importância para o Município de Guarará, em possuir há quase duzentos anos uma Igreja Matriz inspirada e protegida por tão grande amor e misericórdia. Sim, pois sabemos e temos certeza de que este Espírito é o próprio Deus, que se manifesta na Trinda-

de Santa que é Pai, Filho e Espírito Santo, representados em uma só pessoa.

Para além das paredes, telhados, pisos, altares, bancos e arredores, existe uma força (Fortaleza é um dos sete dons concedidos pelo Espírito Santo) que conduz e ilumina os caminhos dos que creem e também daqueles que não creem, pois se um Templo se mantém inabalável por mais de um século, QUASE DOIS, resistindo às mudanças climáticas, às degradações humanas, aos modismos e aos avanços arquitetônicos, cabe-nos agradecer e louvar por tamanha benevolência Divina.

Não podemos deixar de enaltecer os sacerdotes que por aqui passaram, os poderes públicos municipais e principalmente a comunidade católica. São gerações de indivíduos e famílias, que sempre contribuíram financeiramente ou na limpeza constante das instalações, mobiliários e imagens sacras, zelando para a conservação dessa preciosidade histórica.

Apesar de poucos recursos fotográficos e registros que se deterioraram pelo tempo, esperamos que ao ler esse trabalho, você entenda a importância do surgimento da capela, sua manutenção e principalmente seja tocado por uma força renovadora.

Conhecer a História da Matriz do Divino Espírito Santo é prova de preocupação e cuidado com nossa querida Guarará. Afinal, tudo começou no seu entorno. O amor e o cuidado geraram grandes frutos.

Que o sentimento de pertença e cuidado com este Patrimônio Histórico, te envolva e te mobilize e que possa repassar aos seus familiares e amigos, tão importante obra.

Jane Palmeira Rossi – Vice-Presidente do Apostolado da Oração da Paróquia do Divino Espírito Santo de Guarará – MG.

OBJETIVO

Procuramos, através das linhas deste pequeno livro, memorizar junto à comunidade, parte da história da Igreja Matriz consagrada ao Divino Espírito Santo, como marco de formação de nossa cidade, além da devoção religiosa presente nessa localidade, há quase dois séculos.

A intenção era obter respostas relativas aos nomes dos construtores do templo, seus auxiliares, carpinteiros e demais pessoas envolvidas na edificação da Igreja, além da escolha do local e seus primeiros anos no exercício do ofício religioso. O andamento das obras também interessava, assim como a entronização das primeiras imagens religiosas. O nome dos doadores e financiadores da obra até o término, outro ponto essencial para sua história. Infelizmente não foi possível avançar nesses quesitos em razão de não haver arquivos disponíveis nos lugares pesquisados.

O tempo avançou e muita coisa mudou ao redor. Parte de sua história ficou perdida para sempre em meio ao silêncio do vale e das montanhas que a cercam com seus contornos ondulados. Nosso passado, assim como em muitos lugares da Zona da Mata, é deficiente de registros documentais acessíveis oriundos do século XIX. Característica a se lamentar na atualidade, quando os acervos documentais fazem tanta falta a respeito de questões ainda sem respostas, referentes à nossa história.

Pensando em diluir um pouco dessa carência, foi realizado um trabalho de resgate daquilo que foi possível encontrar acerca dos registros antigos referentes à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Buscamos, assim, motivar na comunidade local e próxima o apreço pelo passado

histórico, aliado à importância de mantermos os documentos antigos disponíveis e acessíveis, para averiguações no presente e no futuro, reforçando nossa identidade cultural.

Rodrigo Machado Alves

Historiador e Pesquisador - 19/09/2024

E-mail para contato - rodrigomachado906@gmail.com

1 - UMA CAPELA, MARCO DE UM POVOADO

Desde o princípio da colonização portuguesa em solo brasileiro, a partir das primeiras décadas de 1500, a edificação de uma capela era um dos marcos temporal para começar a povoação de certo local. No entorno de boa parte das primitivas capelas erigiam-se as primeiras aglomerações e núcleos populacionais com intuito à colonização de vastas regiões a partir daquele ponto inicial. Esse foi o passo primordial para o surgimento dos curatos em diversas partes do nosso território. Foi assim que aos poucos nosso país de extensas terras ainda quase inabitadas por homens brancos, foi sendo colonizado por portugueses, outros povos estrangeiros e escravos africanos, juntamente com os indígenas nativos e miscigenados.

A expressão “curato” vem desde o período Colonial, passando pelo Império e chegando à República. Durante esse tempo, o termo foi usado para caracterizar a presença de um cura (padre) residente num pequeno povoado. Esse era provido de uma capela, utilizada pela comunidade para a realização dos atos sacramentais e subordinada a uma igreja maior denominada de paróquia. Com o tempo, o curato poderia se expandir e ser elevado à condição de paróquia possuindo maior autonomia, e daí, se houvesse possibilidades, seguiria em crescimento até que a localidade onde estivesse fosse conduzida ao nível de vila.

Conforme as expedições de colonização avançavam sentido ao vasto interior brasileiro, ia-se ao mesmo tempo erigindo capelas, ermidas e cruzeiros como marco da presença da devoção católica do povo português no Novo Mundo, aliada ao intuito de estabelecer novas povoações.

Essa foi uma característica marcante na vida do Brasil Colônia, passando pelo período Imperial e inclusive chegando à era Republicana nas primeiras décadas do século XX, quando praticamente todo território nacional já se encontrava conhecido e demarcado por viajantes e exploradores, embora houvesse poucas exceções.

Seguindo neste ritmo, mas já no final do período colonial, as terras quase intocáveis da Zona da Mata Mineira começavam a atrair os olhares da Coroa Portuguesa e do Governo Provincial de Minas, além de desbravadores em busca de terras e possíveis riquezas, nesta que era a última fronteira intransponível do leste das Minas Gerais. Assim, iniciava a saga da colonização e povoação das terras que viriam a ser o curato do Espírito Santo, após as cartas de concessão de sesmarias ao casal Domingos Ferreira Marques e Feliciano Francisca Dias, solicitadas em 1814, aprovadas em 1816 e concedidas oficialmente somente em 16/10/1818. Seus filhos Antônio, Maria Victória e Ana Rita seguiram os mesmos caminhos de seus pais, anos depois solicitando suas posses nessa região e obtiveram êxito com as concessões recebidas em 1819.

Através da doação dos 40 alqueires para a construção de uma capela em honra ao Divino Espírito Santo em 1828, essa região de vales e montanhas cobertos de matas, com pequenos trilhos rudimentares e animais selvagens ferozes, aos poucos foi cedendo lugar inicialmente a uma capela primitiva, sem muita ornamentação e em seu redor pequenas habitações rudes e simples e a partir desse local foi sobressaindo um pequeno povoado denominado de curato que foi se expandindo nos anos e décadas posteriores. A densa vegetação foi sendo suprimida lentamente, para acomodar as habitações dos novos moradores, juntamente

com abertura de novas estradas mais largas para facilitar o escoamento de cargas através dos tropeiros e o deslocamento de viajantes e novos colonizadores rumo a diversos pontos entre Minas e Rio de Janeiro.

Com o crescimento populacional do arraial veio a necessidade de erguer uma igreja maior, para acomodar o povo durante as celebrações. Assim, é pensada a construção da atual edificação que aloja a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, a partir de 1842 e na sequência, pouco depois, em data provável de 1851, a Capela¹ de São Sebastião existente no Arraial do Córrego do Meio (atual Maripá de Minas) e em 1882, de São José das Bicas (atual Bicas), além das comunidades rurais dessas localidades.

A presença de uma Capela pode ser associada ao surgimento e desenvolvimento dos primeiros centros populacionais num local antes desabitado, como foi o nosso caso, que com o passar dos anos ia crescendo, até ser elevada à condição de distrito, e, na sequência, vila autônoma.

LEVANTAMENTO DA IGREJA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE GUARARÁ - MG

1. Não há documento disponível nos arquivos da Igreja Católica que comprove a data de surgimento das Capelas do Córrego do Meio e Bicas. As informações acima são com base em relatos de jornais e outras fontes secundárias.

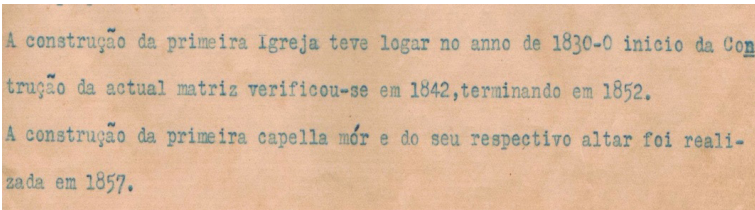
2 - HISTÓRICO

A 20 de junho de 1826, na sede da extensa Sesmaria do Bom Sucesso que ficava entre o Desengano, passando pela Saracura (uma das sedes), chegando a uma fração de São João Nepomuceno (hoje parte de Rochedo de Minas), que foi celebrada pela primeira vez em território da futura Vila do Guarará pelo Cura José Dias das Neves que se encontrava aí a passeio, o Santo Sacrifício da Missa, depois do qual foram batizados doze escravos da dita propriedade. Os registros documentais desse acontecimento não foram encontrados até este instante. O dito relato sobressaiu e permaneceu vivo na história da região, chegando ao tempo atual por meio de publicações contidas no jornal “O Guarará” ao longo de sua existência até início da década de 1940, quando cessaram suas publicações.

Foi na Sesmaria do Bom Sucesso que em 20 de julho de 1828, o Capitão Domingos Ferreira Marques e sua mulher Dona Feliciano Francisca Dias, oriundos da região em torno do arraial de Guarapiranga, atual cidade de Piranga, termo da Vila de Mariana na ocasião, possuidores de uma porção de terras no sertão do Rio Novo, próximo a São João Nepomuceno, dentro da demarcação do Bispado da Corte do Rio de Janeiro, fizeram por meio de escritura pública doação de 40 alqueires de terra ao Patrimônio do Divino Espírito Santo, para nele edificar uma Capela sob a mesma invocação.

Houve a construção da primeira Capela, como já mencionado, no ano de 1830, segundo depoimentos que foram se sucedendo ao longo de décadas, mas sem a comprovação documental daquele tempo até a presente data. O local

da existência da mesma é um fato desconhecido, embora se presume que seja nas imediações do templo atual. Assim, nasceu o curato do Espírito Santo que mais tarde seria elevado à categoria de Paróquia (01/01/1868) e Freguesia/Distrito (01/12/1873) com o passar dos anos, até que mais tarde em 05/12/1890, foi batizado como Vila do Guarará por seu benemérito emancipador, o 2º Barão de Catas Altas (Antônio José Bastos Gomes).



A construção da primeira Igreja teve lugar no anno de 1830-0 inicio da construção da actual matriz verificou-se em 1842, terminando em 1852.
A construção da primeira capella mór e do seu respectivo altar foi realizada em 1857.

Recorte 01: Trecho do Relatório Estatístico Municipal de 16/12/1938 indicando a data de construção da 1ª Capela e da atual Matriz. A fonte da informação que eles acessaram não é citada.

O início da construção da atual Igreja Matriz verificou-se em 1842 e terminando em 1852. A obra esteve paralisada por diversas ocasiões até ser concluída. Não era nada fácil para as pessoas da época erguer uma Igreja desse porte numa região sem recursos, com estradas rudimentares, trilhos de acesso precários e escorregadios, recortados por morros com densa vegetação, além de escassa mão de obra, restrições nas aquisições de materiais e pouco uso de conhecimento técnico.

A construção da sua Capela-Mor e do seu respectivo altar começou após a finalização das obras do corpo do novo templo, sendo concluída em 1857, conforme inscrição gravada acima do altar consagrado ao Divino Espírito Santo. Detalhes dessa obra são desconhecidos nos arquivos consultados.

Acredita-se que, após a conclusão das obras, a antiga Capela e a nova Igreja tenha coexistido por certo tempo, até mesmo para realizar os ajustes finais a fim de estar totalmente apta para os ritos e as celebrações. Tanto a antiga Capela como a nova que receberia a denominação de Matriz, serviu para a realização de eleições em razão de ser o principal edifício público da localidade. Há alguns documentos que atestam tal fato em diferentes épocas do período imperial.

Quanto à elevação da Capela à categoria de Paróquia ocorrida através da Lei nº 1.466 de 01/01/1868, não são encontrados documentos relativos ao seu pedido de criação nos diversos locais consultados. Inclusive, a lei original manuscrita, assim como seus trâmites, não pôde ser localizada nos arquivos oficiais do Governo de Minas Gerais, após longas pesquisas. O único arquivo encontrado é uma cópia impressa da lei produzida pela Assembleia Legislativa Provincial, através do tomo XXIV (1867-1870), parte integrante da Coleção de Leis Mineiras.

LEI N.º 1,466, — DO 1.º DE JANEIRO DE 1868.

Eleva á categoria de parochia o curato do Espírito Santo do Mar de Hespanha com as mesmas divisas, observadas porem as alterações n'ella contidas.

O Doutor José da Costa Machado de Sousa, Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica elevado á categoria de parochia o curato do Espírito Santo do Mar de Hespanha com as mesmas divisas, observadas, porem, as alterações seguintes: partindo da divisa na ponte do pae Francisco, pelo lado da freguezia de S. Pedro de Alcantara, ao alto do morro em que está a casa de Manoel José de Oliveira, saltando o correjo que vem da casa de Francisco das Chagas Alvim Junior, agnas vertentes ao espigão fronteiro, seguindo pelas vertentes até o serrote alem da casa de Marcelino, a fechar-se no Kágado, e d'ahi pelas divisas antigas: Peio lado da freguezia das Dóres de Monte Alegre, a partir da divisa no morro mais alto, que fica acima da fazenda de D. Rita da Fonseca, descendo pelo espigão, passando o ribeirão das Contendas a encontrar o alto do morro fronteiro, e pelo espigão deste abaixo até o morro mais alto que fica abaixo da casa de D. Eufrazia, e d'ahi a fechar-se no ribeirão, e o mais pelas antigas divisas.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a

F. N. 10.

(321)

cumprão e fação cumprir, tão inteiramente, como nella se contem. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio da presidencia da provincia de Minas Geraes em o 1.º dia do mez de janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e oito, quadragesimo setimo da Independencia e do Imperio.

(L. S.) JOSÉ DA COSTA MACHADO DE SOUSA.

Carlos Benedicto Monteiro a fez.

Sellada na secretaria da presidencia da provincia em o 1.º de Janeiro de 1868.

Graciliano Aristides do Prado Pimentel.

Nesta secretaria do governo foi publicada a presente Lei aos 21 de março de 1868.

Graciliano Aristides do Prado Pimentel.

Recorte 02: Imagem da Lei nº 1.466 de 01/01/1868 elevando à categoria de Paróquia o Curato do Espírito Santo do Mar de Espanha.

Desde a sua fundação, a partir da doação das terras em 1828 ao Patrimônio em honra ao Divino Espírito Santo,

o curato desenvolveu-se sob a tutela do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro², juntamente com outros locais na região que estavam sob sua jurisdição. Uma das exceções era São João Nepomuceno que estava voltado para a Diocese de Mariana, embora sua localidade de N^a S^a das Dores do Monte Alegre (Taruauçu) estivesse na área de atuação do Bispado Carioca. Essa situação permaneceu até 16/07/1897, quando um Decreto Pontifício do Papa Leão XIII transferiu essa região mineira em definitivo para a esfera da Diocese de Mariana.

A nossa Igreja Matriz é uma das primeiras de grande porte construída na região e que ainda se mantém de pé, apesar de ter sofrido diversas modificações, principalmente internas ao longo de quase dois séculos. Ao contrário, outras matrizes na região, de período anterior ou aproximado com grande valor histórico e cultural foram demolidas/substituídas por construções mais modernas devido a razões diversas.

Alguns documentos referentes aos primeiros anos de vida da Matriz podem estar no acervo histórico do arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião, no Rio de Janeiro. A partir de 1924, com a criação da Diocese de Juiz de Fora, a Paróquia do Divino Espírito Santo juntamente com parte da região foi transferida da Arquidiocese de Mariana para a nova jurisdição eclesiástica, onde permanece atualmente.

2. Em 27/04/1892, a Diocese foi elevada a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro pelo Papa Leão XIII através da Bula *Ad universas orbis Ecclesias*.

3 - DESCRIÇÃO

Informações conforme a ficha de inventário da Matriz.

O imóvel da principal edificação religiosa do município encontra-se implantado em terreno plano, de esquina. Seu estilo possui características neogóticas na fachada, mas no seu interior ainda possui reminiscências do rococó. Seu partido, originalmente retangular, recebeu um pequeno acréscimo lateral com a ampliação da capela do Santíssimo, em 1954.

O seu acesso pode ser feito diretamente pela portada da fachada principal através de três degraus na calçada, pela porta da fachada lateral direita através de um degrau de pedra, ou ainda pelo Santíssimo que também possui uma porta nessa fachada lateral.

Suas estruturas se fazem em grossas paredes de taipa de pilão que chegam a medir 1,50 metros de largura, com reforço de vigas em madeira lavrada.

A cobertura se faz em duas águas, com cumeeira perpendicular à rua da praça, com vedação em telhas cerâmicas, beiral em massa trabalhado e cimalha.

O acréscimo lateral do Santíssimo possui pé direito simples e cobertura autônoma de telha cerâmica plana e beiral em caixote.

A fachada principal é enquadrada por robustos cunhais oitavados com a base larga que se vai estreitando até o topo, onde são encimados por pináculos. Essa fachada possui vãos com vergas em arco ogival e enquadramentos de massa em envasaduras, ressaltados onde começa a verga. É composta pela portada central com duas folhas de madeira almofadada, ladeada por janelas de duas folhas de abrir, de madeira almofadada com bandeira fixa de caixilho de

madeira com vidros coloridos, protegida por guarda corpo de ferro, sendo uma de cada lado da portada.

Ao nível de coro, têm-se duas janelas laterais e uma central, rasgadas por inteiro, como as do térreo, porém com esquadrias de caixilho de madeira com vidros coloridos. A central é mais larga e possui ainda pequeno balcão com guarda corpo de ferro sobre duas mísulas. Acima dessas janelas tem-se uma volumosa cornija que é ressaltada nos cunhais e sobre ela uma platibanda com frisos com pontas que se alternam, na parte central o friso é interrompido e aí há um grande relógio que ocupa também parte da torre sineira e acima dele a imagem em estuque do Divino Espírito Santo.

O frontispício é encimado pela torre sineira central, que tem em cada lado uma pequena janela de peitoril no mesmo estilo das do coro, porém com verga em aço abatido. A cobertura da torre é em calota dupla de alvenaria com decoração em massa em baixo relevo na forma de losangos, encimada por uma cruz de ferro. Sobre a laje da cobertura da torre, sobre a platibanda, há duas volutas, uma de cada lado, com decoração em faixas diagonais.

As fachadas laterais são simples, cada uma com apenas dois vitrais fixos ao nível do coro e uma porta de madeira lisa de duas folhas de abrir com verga reta.

Seu espaço interno define-se por nave única que se estreita no altar, onde à esquerda tem-se uma sacristia e a direita a Capela do Santíssimo. Essa passagem para o altar é ladeada por duas grandes pilastras com frisos e outros elementos decorativos em madeira, sobre elas uma grande verga em arco pleno com frisos e outros elementos decorativos em madeira, sobre elas uma grande verga em arco pleno com frisos e chave de abóboda.

Possui dois altares laterais localizados na parte posterior do corpo e na posição diagonal de canto, com pinturas policromáticas de anjos e profetas, possuem colunas com caneluras e tímpano superior cimbrado encimados por volutas; no altar à esquerda de quem entra tem-se a imagem de N^a S das Dores e à direita de Santa Terezinha (atualmente São José e N^a S^a das Graças). A Igreja também conta com grande acervo de imagens sacras.

O altar-mor é mais elevado por dois degraus em mármore, possui na capela-mor pinturas policromáticas, colunas com capitéis coríntios, e na parte central superior, a imagem do Divino Espírito Santo.

O coro situa-se na parte anterior da edificação, seu acesso é feito por escada helicoidal em concreto com guarda-corpo fechado, o piso é de tábuas de madeira e é protegido por guarda corpo em balaustrada de madeira. O forro da edificação é de madeira na forma curva e o piso é de ladrilho hidráulico com os degraus do altar em mármore e seu piso em ladrilho hidráulico de desenho diferente.

A Capela do Santíssimo possui forração em madeira curvo pintado na cor branca, com pinturas artísticas policromáticas e a imagem principal é a de Santa Tecla. Sua pintura foi concluída em 1998, pelo artista local Pedro Benedito Bento, o (Pedrinho Bento). As paredes são revestidas com reboco e pintadas com tinta látex. As esquadrias são pintadas com tinta a óleo.

4 - ANÁLISES DO ENTORNO

A edificação religiosa encontra-se localizada na Praça do Divino, região central da cidade e núcleo de formação, que teve a Igreja Matriz como um de seus primeiros imóveis. Diferentemente das outras Igrejas da cidade, ela não se implanta em adro, mas na esquina da Rua da Praça com a Rua Professor Luiz Vianna. Essa via possui calçamento em paralelepípedo em bom estado de conservação.

A Rua da Praça possui o piso constituído de blocos usados em calçada no formato retangular nas cores vermelho e cinza claro. Os seus paralelepípedos foram retirados entre 2014 e 2015 para a construção de um calçada e esse veio a afetar a harmonia do conjunto arquitetônico presente na área central da cidade.

A Rua Professor Luiz Vianna é estreita, com dimensão para dois veículos. Na sua outra esquina há uma Praça denominada Eduardo Rocha Pinto fechada por balaústres e atrás, de forma recuada, tem o prédio que abriga a Secretaria de Saúde, Ensino Médio e repartições municipais no último pavimento.

A Rua da Praça do Divino, em frente à Matriz, é mais larga e sem desníveis. Pela praça, a edificação religiosa faz divisa com o imóvel ainda inacabado de dois andares pertencente ao Salão Paroquial, cujas obras começaram no final da década de 1980. Parte de sua fachada segue o mesmo estilo da Igreja Matriz. Ao lado, o terreno da edificação religiosa faz divisa com o Posto de Saúde e pelos fundos limita-se com a Escola Municipal Ferreira Marques.

A edificação religiosa não fica alinhada com o passeio, que possui 1,50 metros de largura e é revestido com ladri-

lho de cimento na cor cinza claro. Além desse passeio, um degrau acima, tem-se outro do mesmo material e mesma largura, e além desse por mais um degrau, um outro de 2,50 metros de largura onde ficam os dois degraus, em forma de arco, de acesso à Igreja. Sobre esse afastamento, de cada lado nas suas laterais, há dois pedestais encimados por jarrões de ferro. O passeio da Rua Professor Luiz Viana é mais estreito com cerca de 1,00 metro de largura.

A edificação não possui eixo de perspectiva definido, mas por estar situada na Rua da Praça e do lado em que esta possui vegetação baixa, tem-se uma boa visualização. A praça lateral e a de frente não afetam a harmonia e a visualização do imóvel.

5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DEGRADAÇÃO E INTERVENÇÃO

Ao longo de quase dois séculos foram inúmeras as mudanças que passou a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Relacionar cada uma é praticamente impossível no contexto atual. A maioria dos registros de intervenções acabaram perdidos ao longo do tempo, impossibilitando conhecer os tipos de obras realizadas no imóvel. Os demais apontamentos aos poucos foram sendo apagados da história oral dos antigos habitantes com o passar do tempo.

Por ser uma construção com pouquíssimo uso de tecnologias para a época em que foi iniciada em 1842, as interferências após a conclusão em 1857 aconteciam em pequenos intervalos de tempo no decorrer de sua existência. Sendo assim, muitas de suas características originais da época de construção foram sendo alteradas e perdidas a cada obra realizada no templo.

As maiores modificações com o passar de décadas foram registradas no interior da Matriz (pintura, altar-mor e lateral, piso, escada do coro e na sequência vem o forro, telhado e a torre na parte externa do imóvel).

Abaixo, transcrevemos alguns registros de intervenções que foram encontrados em alguns raros arquivos da Câmara Municipal de Guarará.

Em 17/05/1911 o Vigário Manoel Maria da Silva encaminhou um ofício à Câmara Municipal de Guarará solicitando uma torneira d'água para as dependências da Matriz, sendo que até aquele momento a mesma era desprovida de água encanada no seu recinto. A comissão de finanças e obras públicas concedeu em discussão

única a colocação da pena d'água no interior da Matriz sem custos, em 28/05/11, na presidência do Cel. Joaquim José de Souza que sanciona o parecer no dia seguinte. A água foi retirada de um chafariz que existia na parte de cima da Praça do Divino, nas imediações do atual Posto de Saúde, onde naquela época funcionava a Câmara Municipal.

Em 07/02/1916, o vigário Pe. Ângelo Resende envia o requerimento de número 073 à Câmara Municipal de Guarará solicitando auxílio desta em socorro a despesas com obras indispensáveis a serem realizadas interna e externamente por se tratar de uma construção muito antiga. A resolução n° 142 de 29/09/1914, assinada pelo Cel. Francisco de Paula Retto Júnior, Vice-Presidente e Agente Executivo em exercício atende ao pedido do solicitante com a quantia de 300\$000 (trezentos mil réis) para auxílio nas obras da Matriz a ser pago em duas partes, uma no meio da obra e a outra no final.

No ano de 1922, através do requerimento n° 385 de 05/08, o Cônego Ângelo Resende vem solicitar a Câmara Municipal a liberação de 500\$000 (quinhentos mil réis) aprovados em benefícios de reparos a serem realizados na Igreja Matriz, autorizados através da Resolução n° 206 de 27/05/1922, assinado pelo Agente Executivo em exercício, Álvaro Fernandes Dias.

| RECEITA | | DESPESA | |
|----------------------------------|----------|--|------------|
| Recebido do cap. Idalino Machado | 45\$000 | Pago a José Mendes | 170\$000 |
| Cap. José Marinho | 100\$000 | Pago a João Abrahão & Irmão | 195\$200 |
| Cap. Virgílio Machado | 50\$000 | Pago a Pedro Miguel & Irmão | 399\$000 |
| Srs. João Abrahão & Irmão | 50\$000 | Saldo | 135\$800 |
| Sr. Antonio de Mattos | 50\$000 | | 364\$000 |
| Sra. Pedro Miguel & Irmão | 69\$000 | | |
| Somma | 364\$000 | | |
| | | DEMONSTRAÇÃO: | |
| | | Deficit anterior | 1:543\$200 |
| | | Saldo deste balancete | 135\$800 |
| | | Deficit de contas a pagar, já publicadas | 1:407\$400 |
| <i>Malo de 1923.</i> | | <i>Conego Angelo Resende</i> | |

Recorte 01: Recorte do Jornal O Guarará de 20/05/1923 sobre obras na Matriz.

No mês de abril de 1929, a conferência do Divino Espírito Santo, através de seu presidente, João Manoel Corrêa, acaba de dotar a matriz um lindo altar artístico lateral, a fim de abrigar a imagem de São Vicente de Paulo. A obra do altar foi realizada pelo marceneiro Miguel Picorone de acordo com a redação do Jornal O Guarará.

O Vigário Pe. Pedro Ferrari, em 15/09/1931, envia um ofício ao Prefeito Municipal e aos membros do Conselho Consultivo (equivalente a Câmara Municipal) solicitando um valioso auxílio para obras de limpeza geral e consertos a serem realizados na Matriz desta Vila. No mesmo dia, o Prefeito Bertholdo Garcia Machado despacha portaria favorável à solicitação enviada, após a resolução por parte do Conselho Consultivo em aprovar um auxílio no valor de 500\$000.

A edição de 17/04/1932, do Jornal O Guarará, noticia a recuperação de crucifixos, castiçais e demais utensílios metálicos pertencentes à Igreja Matriz, totalizando a quan-

tidade de 65 peças. Os serviços foram realizados pelo Sr. Iris Caminha Bastos, numa das etapas de reconstrução do templo religioso local.

| MATRIZ DE GUARARA | | Prefeitura Municipal de Guararã | |
|--|----------|---------------------------------|-----------------|
| | | (a) Bertoldo Garcia Michalini | |
| | | Linha de Oliveira - Se | |
| A comissão promotora da restauração da Igreja Matriz desta cidade, a qual é composta dos snrs. Dr. Arnaud Gribel, Presidente, Alberto Mauricio Barroso, Vice Presidente, Lininho de Oliveira, Secretário, Pascoal Zamboni, Procurador, e do Rev. Vigário Pa. Pedro Ferrari, Tesoureiro, recebeu mais, para esse alevantado fim, as seguinte importância: | | D. Carmelia Vigiano | 20\$000 |
| Albino M. Barroso | 100\$000 | D. Maria G. de Oliveira | 20\$000 |
| Cel. Affonso Leite | 50\$000 | Salim Abrão | 20\$000 |
| Jose Resende | 20\$000 | João Damasceno | 20\$000 |
| | | Elias José Asmar | 20\$000 |
| | | Geraldo Rocha | 2 \$000 |
| | | Cap. Antero Soares | 20\$000 |
| | | « José M. Machado | 20\$000 |
| | | Tte. Geraldo G. da Silva | 20\$000 |
| | | Quantia já publicada | 130\$000 |
| | | Soma Rs. | 480\$000 |

Recorte 02: Recorte do Jornal O Guarará, de 25/10/1931, acerca de doações para as obras de restauração na Matriz do Divino Espírito Santo.

Ainda na década de 1930, algumas outras publicações no Jornal O Guarará chamava atenção quanto à mobilização do pároco local e da comunidade através de comissões para a realização de obras emergenciais para a manutenção da Igreja Matriz. Geralmente o telhado e o forro eram os locais com maiores problemas, segundo o periódico e outras fontes.

No início da década de 1940, a Matriz recebe alto-falantes. Tal iniciativa foi do Padre Oscar de Oliveira com colaboração da Prefeitura Municipal. Na metade da década de 1940, todo o piso da edificação que era de assoalho de madeira foi trocado por ladrilho hidráulico, exceto o do coro que permanece em madeira até hoje. Para isso, seu interior

precisou ser aterrado. O Sr. Wilson Elias, filho de Massaud Elias, ajudou a carregar terra do barranco existente acima da casa do Sr. Wilson Cazarim para aterrar e elevar o chão onde estavam os barrotes de madeira já corroídos pela ação do tempo. O responsável pelo acompanhamento da obra foi o Sr. Ângelo Viggiano.

A escada de acesso ao coro, em madeira, também foi substituída em definitivo por uma de concreto. No século XX, com a chegada de imigrantes libaneses na cidade, foi colocada uma imagem de Santa Tecla, em 1954, na Capela do Santíssimo, que foi remodelada e ampliada, recebendo um novo altar com novo forro e piso confeccionado em ladrilho hidráulico.

Em 1971, a antiga cobertura da torre que era de folha de metal foi substituída por uma de alvenaria no mesmo estilo, porque a madeira que a sustentava se deteriorou e a antiga torre ficou sem estrutura. O responsável foi o sr. Antônio Massucato.

Por volta de 1985, todo o forro de madeira da edificação foi trocado por outro do mesmo estilo, porém o antigo que era de pino foi substituído por paraju, uma madeira mais nobre e mais resistente à deterioração.

Em 1997, a edificação religiosa passou por uma grande reforma interna e externa. Na parte interna, as madeiras que revestiam as laterais desde os bancos até o altar mor foram trocadas por estarem muito ruins, por uma pintura marmorizada em estilo à cor escura da madeira retirada. O altar-mor, os dois altares laterais e os arcos de ornamentação tiveram sua pintura modificada para um tom de rosa claro. As partes ruins das paredes que apresentavam danos no reboco também foram consertadas.

Na parte externa, houve a troca da pintura depois dos consertos no reboco da base da construção que estava soltando pedaços. O telhado teve a substituição de telhas danificadas por outras de mesmo estilo. Posteriormente, em 2007, as paredes externas receberam nova tonalidade na pintura, cor esta que prevaleceu até 2022.

Em 2018, começaram a aparecer sérios problemas estruturais referentes ao telhado, em especial as madeiras de sustentação que começaram a apresentar sinal de danos por desgaste e outros fatores temporais que ameaçavam a estabilidade do telhado. Pensando nesses problemas e o seu agravamento piorando com o passar do tempo, foi iniciada uma obra emergencial em todo o telhado, em 2021. Os altares receberam nova tonalidade na cor azul-claro. A capela do Santíssimo, juntamente com a Sacristia, recebeu valiosas melhorias. Uma nova pintura externa foi realizada em 2022. Outras intervenções internas e externas continuam a ocorrer devido aos desgastes que vão sendo identificados em toda a extensão da Matriz do Divino Espírito Santo.

6 - TRANSCRIÇÃO DA ESCRITURA FEITA POR DOMINGOS FERREIRA MARQUES

Após extensas pesquisas, encontramos a citação mais antiga até o momento que referencia a escritura de doação dos 40 alqueires ao Patrimônio do Divino Espírito Santo que viriam a ser, tempos depois, as cidades de Guarará, Maripá de Minas e Bicas. Essa transcrição fiel ao texto original é datada de 31/07/1898 e foi publicado no Jornal Gazeta de Guarará.

Segundo o editorial, a publicação foi a pedido da Irmandade do Divino Espírito Santo que poderia ter a cópia do documento original. Lamentavelmente a Irmandade citada acima foi desativada nas primeiras décadas do século XX e não possui registros documentais quanto ao tema. Posteriormente a essa data, encontramos outras transcrições no Jornal O Guarará a partir da década de 1920 até início de 1940. Essas novas reportagens já não citam fontes da origem do documento.

Transcrição do texto conforme escrita da ocasião:

“Dizemos nos abachoasinados. Eu o Capitom Domingos Ferreira Marques e m^aMolher, D Feliciana Francisca Dias Moradores no termo da nobre e muito Leal V de Barbacena que somos poçuidores de uma porção de terras dentro da demarcação do Bispado da Corte do Rio de Janeiro, nas cabeceiras de um corrigo que desagoa no rebeirão denominado do Espirito Santo; e paça por elas na estiada que segue para o Registro do Mar de Hespanha, e partem por bacho com o rumo da sismaria de D Maria Vitória e, asubindocorrigo acima, da parte direito partem pelo rumo da sismaria de João de Araujo Moreira; e pelas

vertentes das cabeceiras partem com terras de José Antonio de Oliveira e Maria Joana Ribeiro; cujas terras dentro das confrontações declaradas as doamos de noça livre vontade abem de edificar Huma Capela com a divoção do Devino Espirito Santo; e destas terras, as que ficaram de fora do adro e largo que há necessidade para o comodo e festejo do Santo da mesma Capela, serviram para se arendarem os povos com obrigação de comprarem as braças que lhes cejaneçarias para suas casas e quintais pelo preço que a lei marcar de cada braça e como ao presente não tem procurador com provizom que possa vender, cobrar e para empregar todo este Rendimento em aumento da mencionada Capela: e como siacha abito por mim e os mais aplicados que Seachamriunidos abem da edificaçãm da dita Capela, a concervaçãmdela a José Antonio de Oliveira pelo conceito que formamos nele e, as suas ações o tem mostrado, o autorizamos nesta que para ele poça vender as ditas terras, as braças, e paçar o Escripto de venda e cobrar e empregar todo o rendimento nas obras da dita Capela sendo eles satisfeitos poderá despor destes rendimentos para a Capela e mostrando a sua conta aos mesmos aplicados ainda bem do abono da çuapeçoa e havendo procurador de provizam que o povo assim o quera este poderá servir na melhor forma; e como a lei lhe marcará e para firmeza de todo o referido pedimos as justiças de S. M.. Ideim a esta escritura todo vigor como nela se contem e caso aqui falte algum ponto de direito que faça duvida o demos por preço como se dela fizecemosençam. E pedimos a José Joquim Queiroz que este, por nós, escrevece, assinasse e, por m^a Molher não saber escrever, mandou ao noço filho Antonio Ferreira Marques que fizeceoem seu nome e também se asinace. Bom Suçeso, 20 de julho de 1828.”

Domingos Ferreira Marques Acino arrego de minha
Mai Feliciana Francisca Dias Antonio Ferreira Marques
Testemunha: João Gomis de Oliveira Lauriano R. Debai-
cos Testemunha que este fiz José Joquim Queiroz

Uma das lacunas documentais que prevalece ao longo de quase dois séculos de História é conseguir o acesso a uma cópia ou informação sobre o documento original reproduzido acima, que inscreveu a doação dos 40 alqueires de terras feitas por Domingos Ferreira Marques e sua esposa Dona Feliciano Francisca Dias, em 1828, para a posterior construção de uma capela em honra ao Espírito Santo. O que chegou até nós ao longo desses tempos são transcrições encontrados em jornais de circulação local que não citam a fonte original da informação.

O gargalo histórico quanto a este tema é imensurável até o momento. Onde foi parar este documento? Ele ainda existe? Essas perguntas e outras foram e ainda são feitas por muitos cidadãos, e principalmente pesquisadores de diversos cantos da região. Trata-se de um documento de suma importância para a História de Guarará, Maripá de Minas e Bicas que permanece invisível e não localizado em diversos arquivos e cartórios consultados na região.

Precisar se o teor de seu conteúdo condiz fielmente com as reproduções encontradas em jornais que chegaram ao nosso conhecimento é uma tarefa difícil no momento, sem saber o que está escrito no documento original. Presume-se que o livro notarial contendo esse registro possa estar adormecido em algum arquivo entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ou que tenha passado despercebido de análise em algum outro local. Algo que não podemos descartar de momento, pois sabemos que muito da

história e de documentos relacionados à região não foram ainda devidamente pesquisados.

Outro fator que soa pesado aos olhos e ouvidos é supor que essa documentação tenha sido perdida, destruída pelo tempo ou simplesmente eliminada como um monte de papel velho devorado pelas traças ou chamas. Todas as possibilidades estão sobre a mesa, infelizmente. Naqueles tempos, nessa região, os antigos habitantes, instituições administrativas e religiosas não tinham o hábito de conservar documentos e arquivos por muito tempo, talvez por falta de conhecimento e espaço.

A própria conservação, quando ocorria, era danosa para os papéis, com o tempo. Era comum fazer um monte de dobras ou enrolar o documento, prendendo-os com grampos. Essa situação, com o tempo, gerava desgaste nas partes internas dos papéis, tornando-se um local propício para a ação de insetos e fungos que corroíam todo o documento. É triste, mas temos vários exemplos dessas situações, tanto em Guarará, quanto na região. Se a escritura em questão ou cópia foi guardada nestes moldes em algum local desconhecido por nós, temos a grande chance de nunca ter acesso a esse documento.

Os livros de registro cartorial que são uma esperança na busca pela escritura de doação ao Patrimônio de Guarará, por exemplo, eram guardados sem o devido cuidado de manuseio e conservação, ficando amontoados em prateleiras improvisadas ou em outro local sem controle. Aliás, este tipo de situação era comum em boa parte do século XIX, no interior do país. Ainda não havia a noção de preservação do referido arquivo com vistas à consulta e pesquisa futura.

Portanto, esses fatores mencionados quanto à conservação e guarda de papéis avulsos além de livros vieram a

prejudicar a preservação e manutenção de nossa História para sempre. Outros fatores externos e internos também podem ter agido e agravado negativamente na preservação de documentos históricos tão importantes quanto a escritura de doação dos 40 alqueires de terra para a construção da Capela em honra ao Espírito Santo. A busca por esse documento e outros continua ativa em diversos locais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro com o auxílio de pesquisadores e amantes da História, porém até o momento sem êxito...

7 - DIVISA ECLESIAÍSTICA ENTRE RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS

Até a segunda metade do século XIX, as áreas de atuação da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e Diocese de Mariana, em Minas Gerais, eram confusas e não respeitavam os limites territoriais das duas províncias. A Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro passava as divisas de sua província e vinha a ter inúmeras paróquias e capelas do lado mineiro sob sua jurisdição. Essa situação permaneceu até 16/07/1897, quando a parte de Minas foi incorporada pela Diocese de Mariana, após Decreto Pontifício do Papa Leão XIII.

O primeiro registro da presença de sacerdotes do Bispado do Rio de Janeiro em terras mineiras é em 1813, no entorno de São José de Além Paraíba, conforme consta num antigo texto escrito por Celso Falabella de Castro, publicado no Jornal Diários Associados. Nos anos e décadas seguintes, os povoados que foram surgindo nas redondezas continuaram sob a tutela do Rio de Janeiro. Somente em 1851, é que começou a demarcação entre os Bispados de Mariana e do Rio de Janeiro. Como essa era uma questão complicada para ambos os lados, não foi possível chegarem num acordo. Foi somente entre o final de 1865 e início de 1866 que a demarcação de jurisdição entre as duas dioceses foi acertada entre a Igreja Católica e o Império.

Sendo assim, o Curato e posteriormente Paróquia do Divino Espírito Santo do Distrito do Espírito Santo (depois Vila do Guarará), juntamente com as capelas consagradas a São José, em Bicas, e São Sebastião no Córrego do Meio (Maripá), seguiam as orientações do Bispado do Rio de Ja-

neiro, mesmo estando dentro de Minas Gerais. Os sacerdotes que aqui serviam eram nomeados pelo Bispado do Rio. Essa situação causava embaraços e era algo bastante estranho aos olhos da população naquela época.

Outras localidades que correspondem na atualidade às cidades de Além Paraíba, Leopoldina, Pirapetinga, Mar de Espanha, Santo Antônio do Aventureiro, Chiador e outros lugares mesmo estando em Minas Gerais, também ficavam sob administração eclesiástica da Diocese e depois Arquidiocese do Rio de Janeiro. Essa situação causava muita confusão e divergências perante os habitantes e autoridades dessa região no decorrer do século XIX, principalmente nos pequenos povoados.

Os territórios eclesiásticos nacionais, até o final do século XIX, eram muito extensos e complexos, sendo alguns de difícil acesso, com grandes aglomerações populacionais no seu entorno. Esse fator, entre outros, veio a demandar mudanças quanto a transferências de alguns locais para Dioceses mais próximas ou até mesmo a criação de novos Bispados, com o objetivo de facilitar a administração de vastas áreas e com isso diminuindo os entraves burocráticos e religiosos, facilitando a vida da população em busca dos ofícios religiosos.

8 - SACERDOTES AO LONGO DOS TEMPOS

Diversos sacerdotes têm passado por esta Paróquia consagrada ao Divino Espírito Santo desde os primórdios de sua fundação até o momento, ou seja, ao longo de quase dois séculos, na propagação da fé e da religiosidade, nestas terras de vales e montanhas antes cercadas de densas matas.

Entre 1841 e 2024 passaram 44 sacerdotes³ pela Paróquia do Divino Espírito Santo de Guarará, que abrangeu São Sebastião, em Maripá de Minas até 12/09/2020. No passado, as Paróquias de São Pedro do Pequeri, de 1887 até 09/04/1915 e de São José de Bicas até 24/11/1921, estiveram vinculadas à Matriz de Guarará.

No livro mais antigo de batizados existente no Arquivo Paroquial e hoje aos cuidados do Arquivo Arquidiocesano de Juiz de Fora, que é do ano de 1841, segundo o jornal O Guarará de 14/07/1939, vêm os assentamentos iniciais assinados pelo Cura Manoel Bonifácio de Souza Guerra, que exerceu cura de almas em nossa terra até o seu falecimento no ano de 1862, quando foi substituído pelo Cura Antônio das Neves Rocha, da Ordem dos Carmelitas Descalços, que atendia no Curato do Rio Pardo (Argirita).

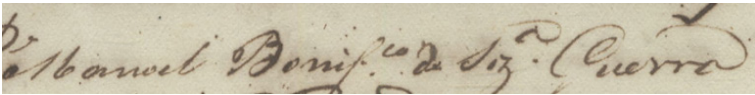
O Cura Manoel Bonifácio de Souza Guerra⁴ era natural do Arraial da Glaura, localizado na cidade de Ouro Preto-MG. Ele foi batizado em 14/05/1809, na Paróquia de Santo Antônio da Casa Grande. Seus pais foram Manoel Francisco de Souza Guerra e Maria Leite de Menezes. Seus irmãos

3. As informações disponíveis no Arquivo Paroquial contemplam os nomes de sacerdotes a partir de 1924.

4. Ao que tudo indica foi o 1º sacerdote residente no Curato do Espírito Santo entre 1840-1862 quando faleceu no exercício do ofício religioso.

eram Francisca Marciana de Assis e Castro, Manoel de Souza Guerra Filho, Teodora Graciana Leite de Menezes, Violante Sabina Leite de Menezes Guerra e Joaquim Hilário de Souza Guerra, que foi seu testamenteiro em 1862.

Na ocasião de seu falecimento, em 07/05/1862, conforme citado no testamento e nos autos do processo de inventário que ocorreu na Comarca de Mar de Espanha, ele residia numa propriedade denominada Sítio do Meio, além de possuir outra denominada de Sítio Cachoeira, no Curato do Espírito Santo (hoje imediações da Ponte do Salomão). Tanto o testamento, quanto o inventário não mencionam onde foi o seu sepultamento.

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "Manoel Bonifácio de S. Guerra". The ink is slightly faded, and the paper shows some texture and minor discoloration.

Recorte 01: Assinatura do Cura Guerra, em 1850, numa escritura de compra e venda, no Curato do Espírito Santo.

Não foi possível obter informações confiáveis acerca da grande maioria dos sacerdotes que atenderam nossa comunidade no passado. Esperamos, com o tempo, conseguir novos documentos que preencham essa lacuna sobre suas atuações religiosas na localidade.

Até o final do século XIX, boa parte dos sacerdotes que pregavam nesta região, nas freguesias de arraiais, distritos e vilas assinava o exercício do ofício religioso como “Cura”. Foi somente a partir da última década do século XIX que o termo Padre passou a ser consolidado nos documentos oficiais de nossa Paróquia pelos sacerdotes vindouros.

Em 1898, com a morte do Cura e Vice-Presidente da Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo do Guarará, Manoel José Corrêa, por febre amarela, assume a Paróquia

o Revmo. José Juvêncio de Andrade, que começa a assinar como Padre e Pároco, colocando fim ao termo Cura em nossa Paróquia. Posteriormente a ele, todos os sacerdotes que vieram utilizariam o termo Padre nas suas assinaturas.

Anteriormente aos registros paroquiais oficiais sobre os sacerdotes que por aqui estiveram no desempenho de seus ofícios religiosos, observamos que pode haver a passagem de alguns padres que devido a um curto tempo de permanência ou ausência de documentos escritos na paróquia, não deixaram seus nomes gravados na história da Igreja local. Por infelicidade, uma parte considerável do arquivo paroquial se perdeu na segunda metade do século XX e com ele se foram muitas anotações históricas importantes de nossa vida religiosa que poderiam fornecer tais informações.

Recentemente, foram descobertas algumas reproduções de certidões de batismo assinadas pelo Padre José Juvêncio de Andrade para fins eleitorais entre 1903 e 1905, no Arquivo da Prefeitura de Guarará datadas, mais precisamente, de 08/12/1833, de uma criança de nome Joaquim, filho natural de Rita Coelho, assinado pelo Cura Nogueira⁵, e de 28/06/1840 de uma criança de nome Joaquim, filho natural de Anna Maria de Almeida, tendo como padrinhos Domingos Ferreira Marques e Dona Anna Barroso, cujo registro é assinado pelo Cura Guerra. A partir de 1841, encontram-se registros formais de sua atuação no Curato do Espírito Santo. Portanto, podemos observar que está nítida a presença de outros sacerdotes atuando no curato,

5. Nos registros paroquiais acessíveis não constam documentos relativos ao período de 1830 a 1840, ou antes, embora haja fortes indícios de sua existência. O que ocorreu levando sua supressão nas décadas seguintes permanece um mistério.

sem haver seus nomes nos arquivos oficiais, que não foram feitos ou se perderam no decorrer do tempo.

A cidade de Guarará doou ao serviço vocacional 06 de seus amados filhos à função sacerdotal, ao longo dos tempos. São eles: Padre Francisco Jerônimo da Silva ordenado em 1954; Geraldo de Carvalho Breyer, falecido em 30/04/1957; Monsenhor Geraldo Mendes, falecido em 1989; Padre Geraldo Lara, falecido em 19/02/1986 e os Padres Edmílson da Silva, ordenado em 02/12/2001, e Monsenhor Eduardo Almeida Rocha, ordenado em 01/07/2006, e sendo nomeado Monsenhor em 02/2022, que desempenham o ministério do sacerdócio. Poderá haver outros cidadãos oriundos de nossa terra que exerceram funções sacerdotais e religiosas no passado e esse fato ainda é desconhecido por nós em razão da escassez de documentos que comprovem tal fato.

No quadro a seguir apresentamos os nomes dos padres e o período em que permaneceram atuando em nossa Paróquia. As dificuldades em detalhar as informações foram enormes, devido a falhas na documentação da Igreja, que possui grandes lacunas de tempo sem anotações, tanto na Paróquia, quanto nas Arquidioceses em que esteve sob jurisdição. Por esse motivo, alguns dados podem estar imprecisos.

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Manoel Bonifácio de Souza Guerra | 1840-1862 |
| Antônio José das Neves Rocha | 1862-1865 |
| Domingos de São Francisco de Paula | 1866-1867 |
| Antônio Rodrigues de Almeida | 1867-1869 |
| Joaquim Rodrigues da Fonseca Leitão | 1870-1874 |
| Manoel Antônio da Câmara Barreto | 1870-1877 |
| José Violin | 1878-1884 |
| Antônio Francisco de Paula Dias | 1884-1891 |
| Manoel José Corrêa | 1891-1898 |
| Manoel Lopes Martins | 1898-1898 |

| | |
|---|------------|
| José Juvêncio de Andrade | 1898-1907 |
| Francisco Del Gáudio | 1907-1911 |
| Manoel Maria da Silva | 1911-1912 |
| Vicente do Cunto Pinto | 1912-1912 |
| Francisco de Abreu Malfitano | 1912-1913 |
| Antônio de Souza Lima Motinha | 1913-1913 |
| Ângelo Resende | 1913-1923 |
| Jose de Oliveira Barreto | 1916-1916 |
| Galdino Rodrigues Malta ⁶ | 1919-1920 |
| Antônio Aurélio de Magalhães | 1923-1923 |
| Augusto Noronha Freire de Andrade | 1923-1923 |
| Affonso Daniel Intrieri | 1923-1926 |
| Pedro Ferrari | 1926-1931 |
| Antônio Abílio Gomes Costa ⁷ | 1929-1929 |
| Luiz Gonzaga da Silva | 1931-1933 |
| Júlio Billot | 1933-1935 |
| Nesclaro de Paula Campos | 1935-1935 |
| Francisco Maximiano de Oliveira | 1935-1936 |
| Oscar de Oliveira | 1936-1942 |
| Pedro Ferrari | 1942-1950 |
| Henrique Neves Júnior ⁸ | 1950-1950 |
| José Marques Carneiro Leão | 1950-1954 |
| José Guerra Dias | 1954-1955 |
| Adil Monteiro Bretas | 1955-1968 |
| Humberto Braga | 1968-1971 |
| Aloísio Alves Faria | 1971-1979 |
| Armindo de Rezende Machado | 1980-1981 |
| Elpídio José Barbosa | 1981-1981 |
| Marcelo Eduardo Deotti | 1981-1984 |
| Marcelo de Souza Magalhães | 1984-1996 |
| Gil Condé da Silva | 1996-2006 |
| Carlos Alberto Moreira | 2006-2014 |
| Wilson Rogério Campos Delgado | 2014-2019 |
| Rodney Henriques | Desde 2019 |

6. Conforme consta em sua biografia parcial publicada em 1975.

7. Substituiu o Pe. Pedro Ferrari por 6 meses devido sua viagem a Itália.

8. Permaneceu à frente da Paróquia por 2 meses até a chegada do novo pároco.

Em pesquisas junto a jornais antigos, em especial o periódico O Apóstolo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, ligado à Diocese de São Sebastião, foi possível localizar a nomeação de alguns sacerdotes.

| | |
|---|---|
| — 28 Reconduzindo por tempo de um anno na occupação de cura do curato do Espírito Santo do Mar de Hespanha, ao padre Domingos S. Francisco de Paula. — 28 | Provendo por um anno na occupação de cura do curato do Divino Espírito-Santo do Mar de Hespanha, ao padre Antonio Rodrigues de Almeida. |
|---|---|

Recorte 02 e 03: Provisão de Párocos: Jornal O Apóstolo em 30/09/1866 e 17/01/1867.

| | |
|--|--|
| — Ao Rvd. Manoel Antonio da Camara Barreto para Cura do curato do Espírito-Santo do Mar de Hespanha. | Ao Rvd. Padre José Violin, natural de França, idem do curato do Divino Espírito Santo do Mar de Hespanha, deste bispado. |
|--|--|

Recorte 04 e 05: Provisão de Párocos: Jornal O Apóstolo em 09/1870 e 16/06/1878.

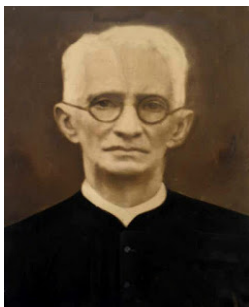
| | |
|---|--|
| EXPEDIENTE DO BISPADO Provimetos Passaram-se os seguintes : Ao Rvd. padre Antonio Francisco de Paula Dias, para continuar como cura do curato do Espírito-Santo do Mar de Hespanha, e portaria para continuar a reger conjunctamente o curato de Nossa Senhora das Dóres de Monte Alegre, por um anno. | Ao Rvd. padre Manoel José Corréa, para continuar como Cura do curato do Divino Espírito Santo do Mar de Hespanha, por um anno. |
|---|--|

Recorte 06 e 07: Provisão de Párocos: últimas provisões no Jornal O Apóstolo em 18/05/1890 e 23/02/1896.

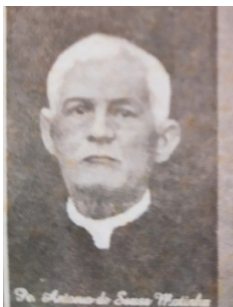
Após extenso levantamento em arquivos digitais e físicos, foi possível obter algumas imagens dos sacerdotes que atuaram na paróquia ao longo do tempo.



Pe. Joaquim F. Leitão



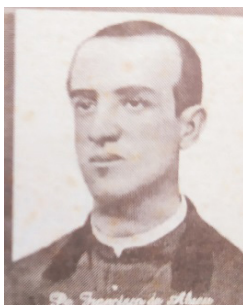
Pe. José Juvêncio



Pe. Antônio Motinha



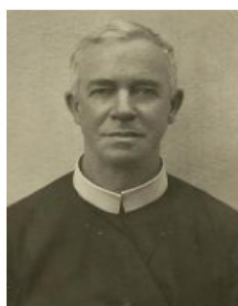
Pe. Del Gaudio



Pe. Francisco Malfitano



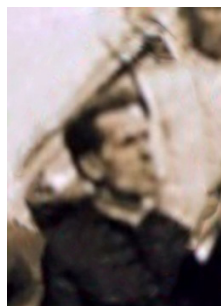
Cômego Ângelo
Resende



Pe. Augusto Noronha



Cômego Affonso Intriери



Pe. Júlio Bilot



Pe. Pedro Ferrari



**Pe. Francisco M.
Oliveira**



Pe. Oscar de Oliveira



Pe. Adil M. Bretas



Pe. Aloísio Faria



Pe. Elpídio Barbosa



Pe. Marcelo Deotti



Pe. Marcelo Magalhães



Pe. Gil Condé



Pe. Carlos Alberto



Pe. Wilson Rogério



Pe. Rodney Henriques

9- BISPOS E ARCEBISPOS QUE VISITARAM A PARÓQUIA

Não foram encontradas até o momento evidências de que algum Bispo, Vigário Geral ou Bispo Auxiliar da Diocese e posteriormente Arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro a partir de 27/04/1892 tenha visitado tanto o Curato, quanto a Paróquia, no período que ficou sob sua responsabilidade espiritual. Somente a partir da transferência para a Diocese de Mariana, em 1897, é que encontramos informações em jornais locais da vinda do Bispo Dom Silvério Gomes Pimenta⁹ à Paróquia por diversas ocasiões.

As visitas de Dom Silvério ocorreram com frequência a partir de 1898. Durante sua permanência, aproveitava para percorrer as Igrejas da Sede e dos Distritos, além das instituições educacionais, repartições públicas, pontos comerciais e algumas residências. Na década de 1910 foram várias visitas documentadas. No decorrer de 1919, visitou a Paróquia diversas ocasiões e numa dessas consagrou, em 30/07, a recém-construída Matriz de São Sebastião, no Distrito de Maripá.

Com a transferência para a recém-criada Diocese de Juiz de Fora¹⁰ e a maior proximidade entre as localidades, verifica-se a presença do Bispo Dom Justino José de Sant'Ana em diversas oportunidades, após 1924. Dom Justino manteve grandes laços de amizades na cidade e na Igreja local.

9. Na data de 01/05/1906, a Diocese de Mariana é elevada a categoria de Arquidiocese pelo Papa Pio X e a designação de Dom Silvério passa a ser de Arcebispo.

10. A Diocese de Juiz de Fora foi criada em 01/02/1924. A sua elevação à condição de Arquidiocese ocorreu em 14/04/1962.

Entre os dias 29 de maio e 02 de junho de 1928, a cidade de Guarará recebeu a ilustre visita de Dom Justino José de Sant' Ana, Bispo da Diocese de Juiz de Fora e seus auxiliares. As 16h do dia 29, com um cortejo de 35 automóveis, vindo de Bicas, Dom Justino era recebido na Praça do Divino com uma animada salva de palmas e ao mesmo tempo a corporação musical da Serra lhe dava as boas-vindas. No mesmo instante, as meninas e senhorinhas de nossa comunidade atiravam flores na passagem da comitiva. Dom Justino ficou hospedado na residência do Cel. Affonso Leite até o dia 02/06/1928, na parte da tarde, de onde se deslocou para Maripá. Durante a sua permanência, ele juntamente com o Pe. Pedro Ferrari visitou a Igreja Matriz, as capelas de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião, o Hospital Sagrado Coração de Jesus, o Grupo Escolar Ferreira Marques, o Fórum Local, o Cemitério e, por fim, a redação do jornal O Guarará.

Novamente, entre os dias 27 e 28 de agosto de 1935, registramos a presença de Dom Justino¹¹ em Guarará. Veio em comitiva, partindo de Bicas, acompanhado pelo prefeito de Bicas, Dr. José Maria de Oliveira Souza e pelo Cel. Bertholdo Garcia Machado, Prefeito de Guarará, juntamente com o Cel. Affonso Leite e diversos cavalheiros. Foi recebido pelo Vigário Pe. Francisco Maximiano de Oliveira, associações religiosas, grupo escolar, demais autoridades e grande massa popular. Na entrada da Matriz, foi saudado com um virtuoso discurso proferido pela senhorita Laura Alvim Tostes. Ficou hospedado na casa do Cel. Affonso Leite até o dia seguinte, quando seguiu em numerosa comitiva para Maripá.

11. Dom Justino visitava a Paróquia com frequência. Para ilustrar, foram transcritas algumas de suas diversas visitas pastorais.

Em 1954 o Bispo Auxiliar da Diocese de Juiz de Fora, Dom Othon Motta, presidiu a entronização da Imagem de Santa Tecla na recém-reformada Capela do Santíssimo da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, com grande acompanhamento popular.

Posteriormente, outros Bispos e Arcebispos visitaram a Paróquia do Divino Espírito Santo como: Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, Dom Juvenal Roriz, Dom Eduardo Benes, Dom Clóvis Frainer, Dom Eurico dos Santos Veloso e o atual Arcebispo Dom Gil Antônio Moreira, por diversas ocasiões.



Foto 01: Imagem com data de 29/06/1920 na lateral da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo com o Arcebispo Dom Silvério, Cônego Ângelo Resende, Pe. Francisco e o 2º Barão de Catas Altas finalizando a 1ª fileira.



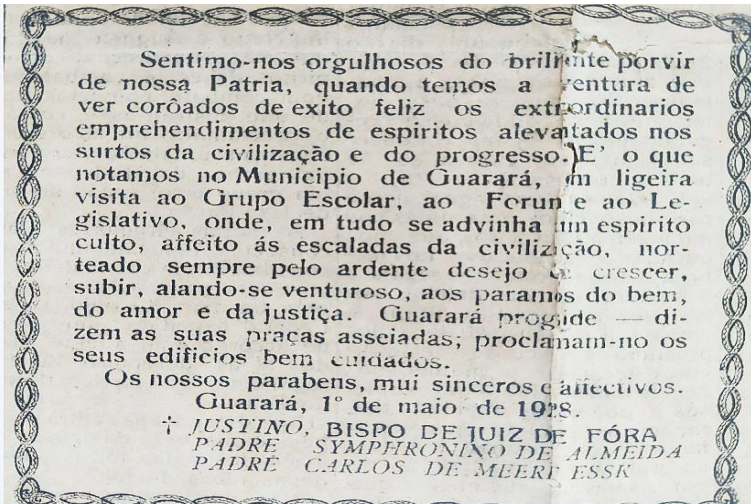
Foto 02: Visita de Dom Justino de Sant'Ana, Bispo de Juiz de Fora - MG, a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, no final da década de 1920.



Foto 03: Registro fotográfico da presença de Dom Justino de Sant'Ana em frente a Igreja Matriz ladeado por autoridades locais, no final da década de 1920.

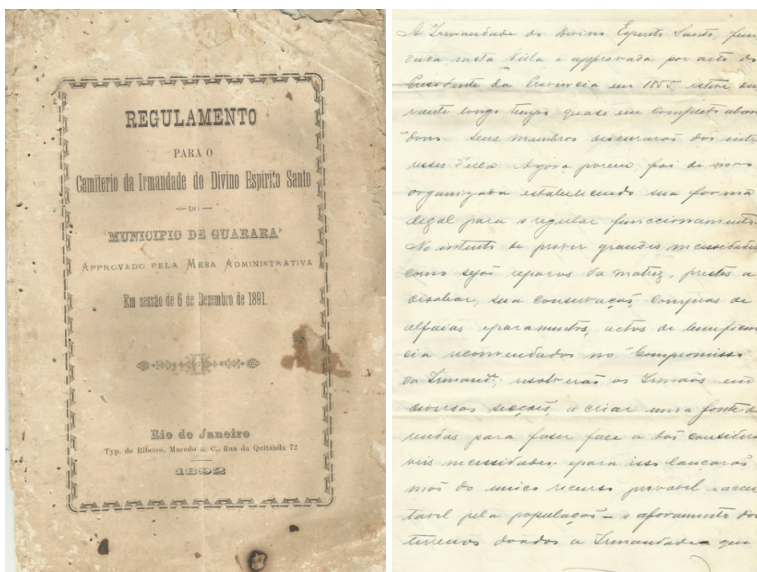


Foto 04: Nesse quadro temos a imagem de Dom Justino de Sant'Ana. Ele foi o 1º Bispo da Diocese de Juiz de Fora - MG.



Recorte 05: Um recorte publicado no Jornal O Guarará, em Maio de 1928, exaltando a visita Pastoral de Dom Justino de Sant'Ana a Paróquia do Divino Espírito Santo.

10 - IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO



No 1^a recorte, temos a capa do Livro de Regulamento do uso do Cemitério da Irmandade do Divino Espírito Santo, datado de 1891. O 2^a recorte mostra detalhes de um documento de 1896 sobre a fundação da Irmandade, em 1855.

Devido à escassez de fontes documentais preservadas e acessíveis, quase nada se conhece sobre sua fundação e funcionamento. Sua história permanece ancorada numa profunda lacuna nos dias de hoje para pesquisadores e entusiastas acerca do assunto.

Segundo o pesquisador Celso Fallabela de Figueiredo Castro, autor do livro *Os Sertões do Leste*, a Irmandade foi fundada em 1855 com mais de 260 membros. No entanto, numa pesquisa mais detalhada, não são encontrados documentos legais da referida Irmandade nos arquivos da

Igreja Matriz do Divino Espírito Santo em Guarará, muito menos na Arquidiocese de Mariana e Juiz de Fora, segundo o que nos foi repassado. Talvez os mesmos possam estar em repouso nos arquivos antigos da Cúria Metropolitana de São Sebastião, na cidade do Rio de Janeiro, visto que nossa Paróquia esteve sob sua tutela até 1897.

Um registro de sua existência é apontado pelo pesquisador Hélio Gravatá, que foi funcionário do Arquivo Público Mineiro, onde registrou em suas anotações o termo de compromisso da respectiva Irmandade, impresso pela tipografia Perseverança, na cidade do Rio de Janeiro, em 1871. O livro original não foi localizado no respectivo arquivo.

Outra possibilidade é que possam ter sido eliminados intencionalmente, por descuido ou má conservação, algo bastante corriqueiro quanto a arquivos do passado.

SESSÃO EM 25 DE JUNHO DE 1862.

« A irmandade do Espírito-Santo, instituída no arraial do Mar de Hespanha, provincia de Minas-Geraes, pede a esta augusta camara dispensa das leis de amortização, afim de poder possuir as terras que em patrimonio lhe forão doadas pelo capitão Domingos Ferreira Marques e sua mulher Feliciano Francisca Dias, no valor de vinte contos de réis.

« A commissão de fazenda, entendendo que a concessão requerida concorre para o esplendor do culto divino, e decente manutenção da sobredita irmandade, julga no caso de ser deferida a pretensão, offerecendo para isso o seguinte projecto :

« A assembléa geral resolve :

« Art 1.^o Ficão dispensadas as leis da amortização para que a irmandade do Espírito-Santo instituída no arraial do Mar de Hespanha, provincia de Minas-Geraes, possa possuir as terras que para seu patrimonio

lhe forão doadas pelo capitão Domingos Ferreira Marques e sua mulher Feliciano Francisca Dias, no valor de vinte contos de réis.

« Art. 2.^o Esta concessão é feita com a clausula da conversão daquelles bens em apolices da divida publica inalienaveis, realizada no prazo marcado pelo competente juiz de capellas, reservados sómente os terrenos necessarios para o serviço proprio da igreja.

« Art. 3.^o Ficão sem effeito quaesquer leis e disposições em contrario.

« Sala das commissões da camara dos deputados, 21 de Junho de 1862. A. J. Henriques.—J. D. Ribeiro da Luz.—J. I. Fernandes da Cunha. »

Recorte 03: Documento da sala de comissões da Câmara dos Deputados, em 21/06/1862, que foi pautado na Sessão do dia 25/06/1862, o qual a Irmandade pede dispensa de leis de amortização relativas ao Patrimônio do Espírito Santo.

O recorte acima foi repassado pelo pesquisador Jânio José Ferreira, constituindo um precioso elemento quanto à atuação da Irmandade do Espírito Santo, além de corroborar, que a sua existência vinha de certo tempo. O pedido

da Irmandade junto à Câmara dos Deputados Mineiros, em 1862, em prol de uma lei de dispensa de amortização, demonstra que suas atividades estavam a todo vapor em prol da manutenção e administração do seu patrimônio, bem como do culto religioso na vasta extensão do Curato.

O outro documento que atesta a informação de Celso Fallabela quanto a sua fundação é um ofício datado de 02/01/1896, assinado pelo seu provedor, José Marinho da Motta Bastos, que informa à Câmara Municipal a reorganização da Irmandade com novo estatuto e disposições, a fim de obter uma maior renda com o aforamento para custear despesas e obras futuras na Igreja Matriz. Segundo esse ofício, sua fundação foi aprovada por ato do Presidente da Província de Minas Gerais, em 1855, desconhecendo demais informações.

Mesmo sem documentos que comprovem sua fundação, o nível e a variedade das atividades posteriores, sua existência não é questionada pelo fato de que alguns raros registros surgiram depois de grandes esforços de pesquisa no arquivo físico da Prefeitura Municipal de Guarará. O primeiro item foi um pequeno livro de 06/12/1891, contendo o regulamento para o uso do cemitério local que pertencia à Irmandade. Na verdade, esse impresso é uma raridade histórica que comprova que as atividades da Irmandade eram variadas. A segunda comprovação trata-se do termo de transferência da administração do cemitério local do controle da Igreja, representada pelo Pe. Pedro Ferrari, para as mãos da Câmara Municipal, em 08/06/1928, visto que a Irmandade parecia estar inativa, naquela época.

Esses dois documentos mencionados no parágrafo anterior ilustram um primeiro período de atividades da Irmandade, sendo que o outro já aparenta que a mesma esta-

va inoperante, apesar de na transferência da administração do Cemitério para a Câmara Municipal não ser citado o nome da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Excetuando esses relatos, não foram localizadas outras evidências mencionando a existência da Irmandade e suas funções na comunidade e junto à Igreja local posteriormente a essas datas mencionadas nos ofícios. Esse fato inviabiliza novas discussões acerca da Irmandade, até a presente ocasião.

Há pouco tempo surgiram relatos orais de algumas pessoas que atuavam na Igreja Matriz há algumas décadas, que muitos documentos antigos importantes foram incinerados nos fundos da Matriz pelo pároco da ocasião acompanhado de outra pessoa. O conteúdo desse material queimado não chegou a ser conhecido, mas por não terem sido encontrados os documentos referentes à Irmandade e outros registros antigos, presume-se que parte desses papéis pode estar relacionada à documentação da Irmandade e a registros paroquiais de escrituração que atualmente desconhece o paradeiro.

Diversos contratempos e obstáculos históricos, surgidos ao longo dos anos, dificultam o trabalho de historiadores e pesquisadores, deixando imensas lacunas na nossa história sem um conhecimento e interpretação adequada no contexto atual. Esperamos conseguir identificar alguma pista sobre a documentação da Irmandade do Divino Espírito Santo em algum arquivo de nossa região ou até mesmo em algum local mais distante ainda não identificado.

11 - RELÓGIO DA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

O relógio frontal localizado logo abaixo da torre de nosso maior Templo Católico sempre foi objeto de perguntas e curiosidades a respeito de sua idade ao longo de décadas. Ele foi instalado no final de dezembro de 1923. O relógio, com toda sua estrutura de montagem, foi adquirido diretamente da Alemanha.

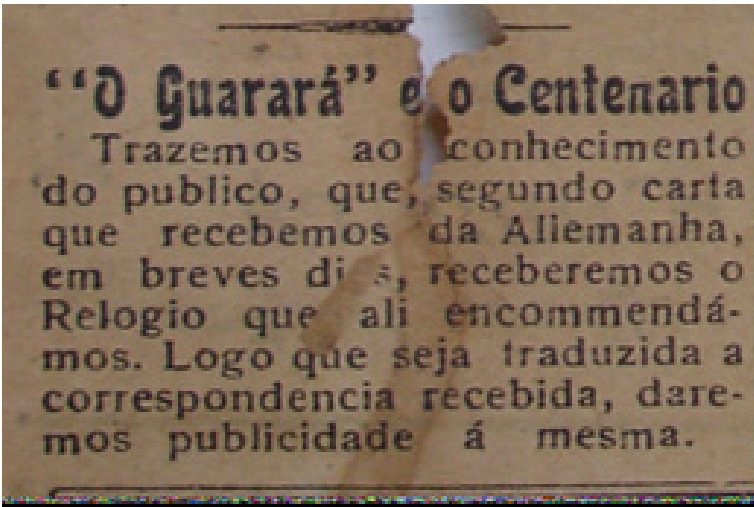
Para a sua instalação foi montada uma comissão composta por cidadãos que ficaram responsáveis por obter doações que viabilizassem a aquisição de um relógio com características arrojadas para aquela época. O Pároco era o Cônego Ângelo Resende que também desempenhava a função de vereador, e posteriormente veio a ocupar o Cargo de Agente Executivo de Guarará, até final de 1922. Ao longo de vários meses foram sendo colhidas doações, tanto por aqui, como na região. Naquele tempo, os custos para tal empreendimento eram muito altos.

O objetivo inicial era instalar o marcador público ainda em 1922 como parte dos festejos pelo 1º Centenário da Independência Brasileira. As arrecadações ocorreram de forma lenta a partir do mês de junho e aliada aos trâmites burocráticos na encomenda do relógio, juntamente com a dificuldade de comunicação pela língua alemã, atrasaram os planos iniciais para o ano seguinte.

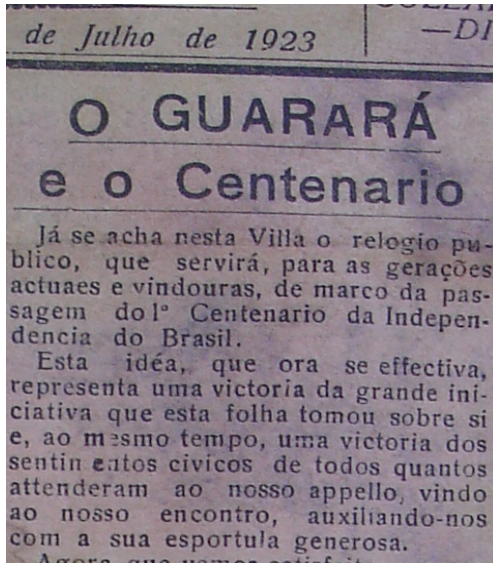
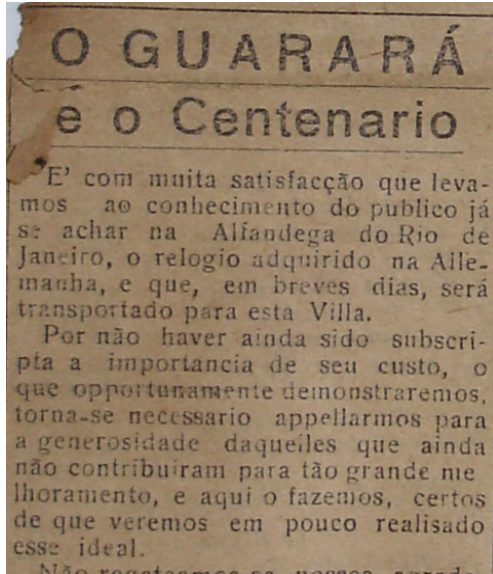
As campanhas de arrecadação eram divulgadas no jornal O Guarará, bem como o andamento do projeto pela comissão responsável, até a instalação do marcador público na noite de 24/12/1923. O relógio chegou à alfândega do Rio de Janeiro em abril de 1923. No mês de julho, o mesmo

já se encontrava em solo guarareense, aguardando as providências para sua instalação definitiva na Torre da Matriz.

Um século após sua instalação, o relógio da Matriz continua no mesmo lugar. Alguns componentes sofreram ação temporal ao longo do tempo. Peças para reposição são raríssimas devido ao mesmo ter sido importado. Fora esses percalços, ele continua observando silenciosamente os dias passarem, embora inativo, deixando sua trajetória na memória das pessoas e no tempo histórico de nossa cidade.



Recorte 01: Recorte do Jornal O Guarará de 11/03/1923 informando a chegada em breve do regulador público à Alfândega do Rio de Janeiro.



Recorte 02 e 03: Recortes oriundos do Jornal O Guarará de 29/04 e 15/07 de 1923, a respeito da chegada do relógio vindo da Alemanha.

| O Guarará e o Centenario | | | |
|---|----------------|--|------------|
| <i>Conforme promettemos, damos em publico o balanço da despesa do custo do Relogio Torre que adquirimos por subscrição popular.</i> | | | |
| Receita | Despesa | | |
| Quantia publicada | 1:665\$300 | Pago ao Banco Allemão Transatlantico, cheque n° 1.614, de 414 franco | |
| Dr. Joaquim José Ferreira | 20\$000 | suissos | 650\$000 |
| Tte. Pedro Orlando | 10\$000 | Idem ao mesmo, idem cheque 3.995, de franco 522,15 | |
| » Izaac Gomes Monteiro | 10\$000 | suissos | 903\$300 |
| Sr. João Marques de Almeida | 5\$000 | Idem a Companhia Caes do Porto | 61\$550 |
| Domingos dos Santos | 5\$000 | Sello de isenção | 50\$000 |
| Srs. Vasconcellos & Souza | 5\$000 | Carreto á Praia Formosa | 20\$000 |
| » Rodolpho de Oliveira | 1\$500 | Idem a Bicas | 58\$000 |
| Procopio Severino, Felipe de Oliveira, Antonio Machado, Adhemar Alfonso, João Cypriano José Pivetti e Jeronymo Monteiro, a 1\$000 cada um | 7\$000 | Idem a Guarará | 8\$000 |
| Somma | 1:728\$800 | Despendido em sellos e registros | 26\$400 |
| SALDO A NOSSO FAVOR | 48\$450 | Somma | 1:777\$250 |
| | 1:777\$250 | | |

Recorte 04: Jornal O Guarará, de 23/10/1923, contendo informações de receitas e despesas com o relógio da Matriz.

12 - TORRE DA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

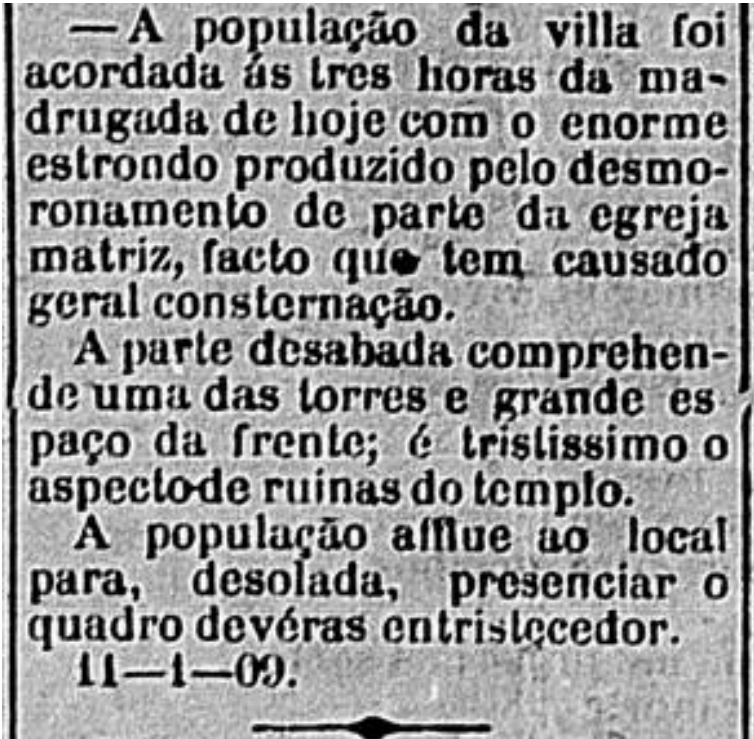
Até pouco tempo todos os registros e fatos históricos apontavam para o fato da Igreja Matriz ter somente uma torre ao longo desses mais de 160 anos de existência no Largo do Divino. As fotografias mais antigas disponíveis publicamente na internet e arquivos sempre atestavam tal fato desde a década de 1910.

No decorrer do mês de maio de 2020, o aparecimento de um documento assinado pela mesa diretora da Irmandade do Divino Espírito Santo e chancelada pelo vigário local José Juvêncio de Andrade veio a questionar tal realidade e a levantar questionamentos acerca da existência de mais de uma torre na referida Matriz, até início de 1906. O documento, datado de 31/01/1906, vem a mencionar o estado ruim de conservação que se achava a Matriz, naquele momento. Apontava também que em virtude das fortes chuvas, uma de suas torres veio a desabar.

O abaixo assinado traz a descrição das condições físicas da Igreja Matriz que não eram as melhores em 1906, devido a vários fatores de desgastes naturais que foram afetando o imóvel ao longo de mais de cinquenta anos. Chama a atenção no documento o fato das fortes chuvas do corrente ano produzirem vários estragos no município, em especial na Igreja Matriz, que teve uma das suas torres desabadas, além de apresentar-se em estado de ruína, segundo o texto.

Portanto, observa-se que os estragos foram grandes. Os recursos que a Irmandade dispunha naquele instante não eram suficientes para a realização das obras de reconstrução do templo, bastante castigado, de acordo com o documento vigente. Como alternativa para solu-

cionar este drástico problema que demandava uma intervenção rápida, os membros da irmandade optaram por pedir uma ajuda à Câmara Municipal de Guarará para a recuperação da Matriz.



Recorte 01: Recorte do jornal O Pharol, de Juiz de Fora, publicado em 18/01/1906, noticiando os estragos na Matriz do Divino Espírito Santo de Guarará em decorrência de fortes chuvas.

Irmandade do Divino Espírito Santo da
Cidade de Guarará, 21 de Janeiro de 1906.
21.01.1906

Senhor Sr. Presidente e Vereadores da
Câmara Municipal de Guarará.

Os abaixo assignados, membros da mesa ad-
ministrativa d'essa Irmandade, e o Vigário d'essa
freguezia, veem a presença V.ª S.ª, comunicar
que em 11 do corrente foi a população d'essa Villa, to-
mada da mais desagradavel impressão, com o estado
de ruina em que se acha a igreja matriz d'este lo-
gar, com o doloroso facto de haver descaído uma
de suas torres, em consequencia das grandes chu-
vas que sempre estrago tem produzido em diversos lugares.
É de quasi impossivel a reconstrução da mesma
Igreja, com os particulares recursos da Irmandade,
veem os abaixo assignados, sollicitar da Cam-
ara Municipal, um auxilio, para se levar a effeito
a reconstrução da Igreja, cujo templo repre-
senta, não só para nós, como para todo o mu-
nicípio, uma gloria que deve perpetuar, uma
reco'dação de nossos antepassados.

Mercedem os abaixo assignados, nos nobres
sentimentos religiosos e patrioticos, d'essa illustre cor-
poração e por isso se compenetraram de que serão
attendidos.

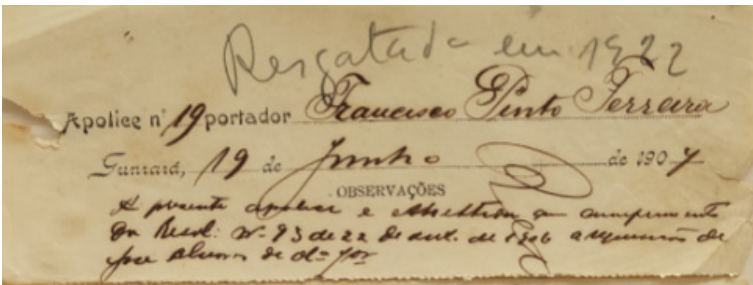
Pedimos por favor a V.ª S.ª
Caxrelo José Medeiros - Presidente
Luizolpho Carrão Barro - Secretário

Recorte 02: Documento da Irmandade do Divino Espírito Santo a respeito dos estragos na Matriz e da queda de uma das torres, datado de 21/01/1906.

Conforme documentação da Câmara Municipal de Guarará, ainda no mês de janeiro, mais precisamente em 25/01/1906, foi aprovado pela Comissão de Finanças, um parecer em favor de um auxílio em forma de empréstimo

à Irmandade, nas obras de recuperação da Matriz. O valor não foi especificado. No dia 26/01/06, a Comissão de Legislação emitiu parecer contra a ajuda, mas depois deixou a questão em aberto internamente para que a Câmara pudesse decidir sobre tal fato.

O último documento que temos, em 18/10/1906, da Comissão de Redação assinado pelos vereadores Deolindo Valério da Cruz e João Furtado para que a representação da Irmandade fosse deferida e aprovada através da emissão de 05 (cinco) apólices em nome de um responsável que viria a ser o sr. Francisco Pinto Ferreira. As apólices foram emitidas somente a partir de 06/07/1907, com a numeração entre 018 e 022 nos respectivos canhotos. Essas apólices financiariam a reconstrução da parte afetada e seriam pagas em longo prazo. A 1ª apólice foi quitada em 16/05/1910 e a última em 1922, conforme imagem a seguir.



Recorte 03: Apólice n° 19, datada de 19/06/1907.

Após esses documentos, não há mais relatos textuais. O que foi ou não realizado permanece uma incógnita pelo fato de não haver mais documentos no arquivo histórico da Câmara Municipal sobre esse assunto. Nem a existência de fotografias e outros informes como jornais sobre tal situação foram encontrados até o momento.

Acreditamos na existência de outros registros documentais antigos em algum local ainda desconhecido para nós, que venham a trazer novas informações sobre o assunto levantado com esses documentos encontrados. Esperamos que, num momento próximo, mais documentações possam vir à tona e assim confirmar a existência de mais de uma torre na Matriz do Divino Espírito Santo e conseqüentemente detalhes das obras que a deixaram com a torre no formato atual.

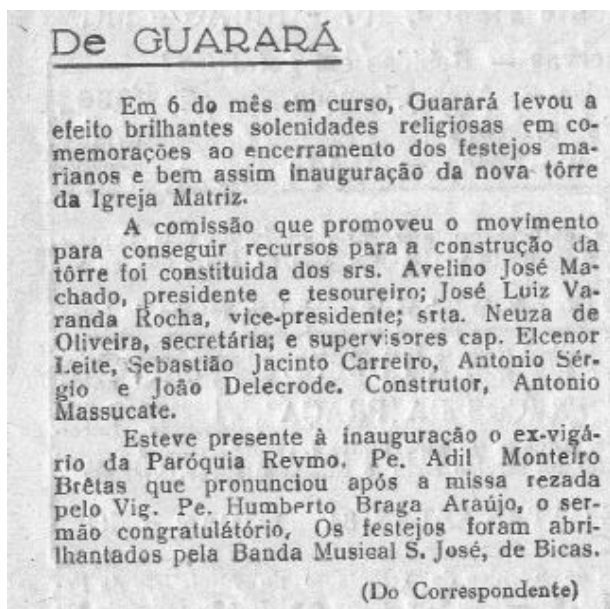
Após essas iniciativas mencionadas, houve a construção de uma nova torre com estrutura de madeira e lata na parte externa que parece ter ficado por muitas décadas sem apresentar grandes problemas aparentes. Em meados de 1970, conforme conseguimos apurar, tal estrutura começou a demonstrar sérios riscos que poderiam levar ao seu desabamento e assim causar outros danos tanto na Matriz, como para quem estivesse transitando na rua no momento. Devido aos riscos eminentes, foi constituída uma comissão para angariar fundos com vistas à construção de uma nova torre com estrutura reforçada de alvenaria, revestida por material em lata no contorno externo da torre.

No decorrer das obras, segundo os relatos de Maria das Graças Massucato, havia uma grande quantidade de abelhas que se abrigavam na torre, mais precisamente na madeira de sustentação do seu entorno. Por diversas ocasiões elas ficavam agitadas ao ponto de atacar tanto os transeuntes, como o pároco que por diversas vezes precisou sair correndo da Igreja Matriz com as abelhas o perseguindo. Naquela ocasião, a torre ainda era na sua grande parte constituída de madeira que estava muito deteriorada devido à ação do sol, da chuva, do vento e outros agentes como cupim e caruncho que a degradavam em ritmo acelerado.

O material que revestia a parte externa da antiga torre era constituído de placas parecidas com material derivado

de chumbo sendo bem espessas e pesadas, que aparentavam serem importadas. Foi através de parte desse material que foi montada a forma que deu origem à atual torre da Igreja Matriz. Dessa forma, a nova construção, mesmo com revestimento em concreto, ficou com ares um pouco semelhantes à estrutura anterior.

As obras foram concluídas em 1971, sendo que a solene inauguração ocorreu em 06/06/1971, conforme reportagem extraída do jornal O Município de Bicas. Seu construtor foi o sr. Antônio Massucato. O Pároco da ocasião era Pe. Humberto Braga, sendo o sermão de inauguração da torre proferido após a missa pelo ex-Pároco Pe. Adil Monteiro Bretas, com grande acompanhamento por parte da população local e de cidades vizinhas.



Recorte 04: Trecho da reportagem presente no Jornal O Município de Bicas sobre a inauguração da atual torre da Matriz.

13 - SINOS DA MATRIZ DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

O badalo dos sinos de uma Igreja produz um dos sons mais apreciados nas pequenas cidades, desde os primórdios da civilização. O toque dos sinos tinha vários significados desde o passado até chegar aos tempos mais recentes. Geralmente os sinos ocupam o topo das Igrejas e Capelas para que seu som seja percebido o mais distante possível.

A torre da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo que abriga os sinos parece ter sido alterada duas vezes na história: a primeira ocasião em 1906 e posteriormente em 1971. Não há relatos documentais e orais a respeito dos sinos ali estabelecidos. Numa rápida análise no sino maior, foi possível visualizar o nome da casa de fundição onde o mesmo foi produzido. Para nossa infelicidade, a data de fundição não pode ser identificada pelo fato de haver uma solda em boa parte da extensão do sino, justamente em cima do marcador da data. É possível ver somente o número 6 no final da gravação na peça, onde se presume que a inscrição possa ser a data de 1906.

O fabricante foi a empresa Premiada Fundição de Sinos, fundada pelo imigrante italiano Ângelo Angelli, em 1898, na cidade de São Paulo. Numa das laterais tem o nome de quem ofertou a peça, que foi a Irmandade do Divino Espírito Santo. Era comum que o nome do doador estampasse uma das laterais do sino encomendado.

A empresa Sinos Angeli ainda permanece atuante após várias gerações nas mãos da mesma família, com o nome de Fundição Artística Paulistana, mantendo a arte e tradição de produzir sinos artesanais, em São Paulo-SP. A data precisa da fabricação do sino de nossa Matriz dependia de

pesquisas junto às fontes documentais da casa de fundição, que após vários contatos por telefone e redes sociais informou não haver arquivos históricos na empresa a respeito do destino dos sinos fabricados por eles no passado.

A referida empresa informou que uma recuperação desse sino seria inviável e a melhor estratégia a ser adotada seria o derretimento para a confecção de uma nova peça, mantendo o estilo atual. Com base na estrutura da torre que comporta os sinos, seria inviável a sua retirada para substituição, sem a derrubada de uma lateral da mesma, algo que poderia levar ao comprometimento da estrutura superior. Não havendo solução a curto tempo, os velhos sinos permanecem em seu recinto.

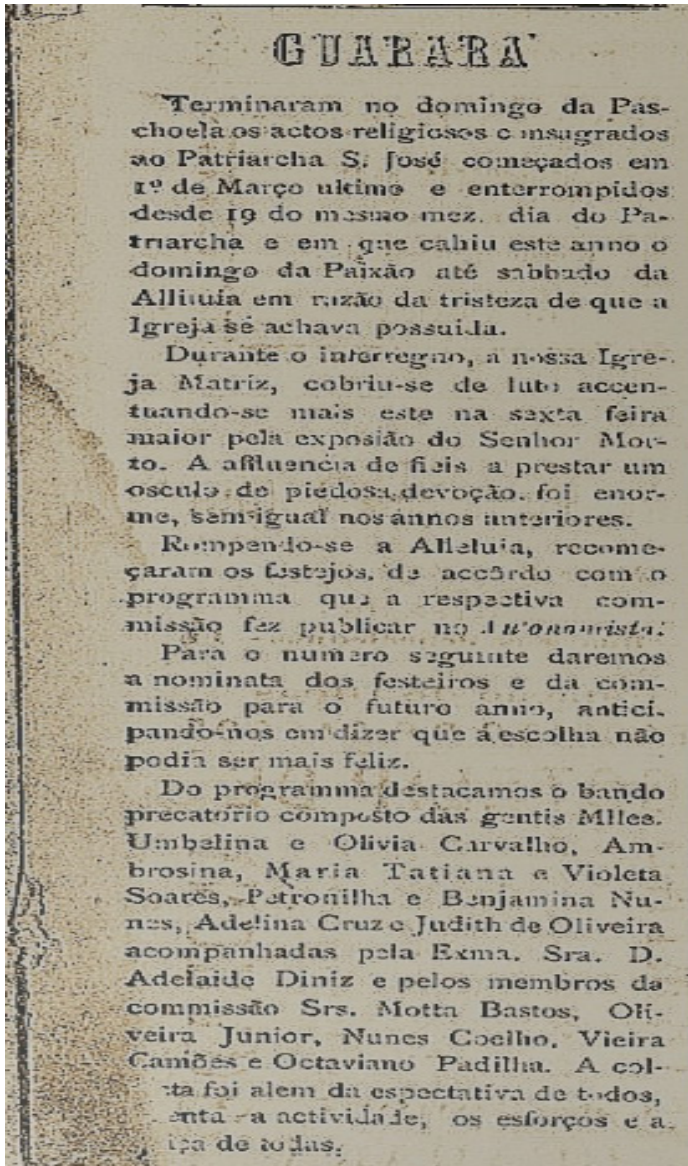


Foto 01 e 02: Detalhes da inscrição da Irmandade do Divino Espírito Santo no sino maior que levou uma solda, partindo da parte inferior até o meio da peça.

14 - FOTOGRAFIAS E RECORTES ANTIGOS



Foto 01: Uma das imagens mais antigas que temos conhecimento, com a Matriz do Divino Espírito Santo e boa parte do centro da Vila do Guarará.



Recorte 02: No registro acima temos um trecho de jornal datado de 13/04/1893 a respeito das celebrações da Semana Santa na Matriz do Divino Esp. Santo.



Recorte 03: Brasão da Associação das Damas do Sagrado Coração de Jesus - Paróquia Divino Espírito Santo, em 1910.



Foto 04: Imagem em que destacamos a presença da Igreja Matriz entre casarões coloniais na Praça do Divino, na década de 1910.



Foto 05: Festejos do Mês de Maio em frente à Matriz, em 1918.



Foto 06: Concentração de Fiéis em frente à Matriz, em 1918.

Foto 07: Padres responsáveis pela celebração da Semana Santa, em 1922.



Foto 08: Registro da Igreja Matriz, na década de 1920.



Foto 09: Detalhes da Antiga Capela do Santíssimo, em data desconhecida.

Recorte 10: Publicação de noticiário no Jornal O Guarará sobre o Mês de Maria na Matriz, em Maio de 1929.

Igreja Matriz do Divino Espírito Santo



Foto 11: Vista frontal da Igreja Matriz, em 1932.

Foto 12: Igreja Matriz na década de 1930.



Foto 13: Pe. Pedro Ferrari e as Damas do Sagrado Coração de Jesus em frente à porta principal da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Década de 1940.

ORGÃO DOS INTERESSES DO POVO

REDATOR-CHEFE—AFFONSO LEITE — GERENTE—LIMIRIO DE OLIVEIRA

| | | | |
|---------|-------------------|---------------------------|---------------------------|
| ANO XXI | Sub lege libertas | Guará, 12 de Maio de 1940 | Quod nocetiam veritas est |
| | | | NUM. 17 |

DIA DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo é o DIVINO AMOR por excelência. Torná-lo conhecido aos homens, convencer os homens do imenso Amor que Deus lhes tem, nisso é que consiste a grande tarefa da Igreja, o mais alto objetivo da religião crã, porque, como diz um padre ilustre, a obra maior e mais espulhosa da Igreja não é a de ficar de pé até a inconstância e volubildade das coisas humanas que um dia ou outro desta tudo por terra; dinastias, imperios até povos; nem tampouco impôr á orgulhosa razão do homem dogmas que o humilhem; mas *persuadir ao homem que Deus o ama.*

Deus, certamente, é belo na criação, desde o pingô d'água até o diamante, desde a rosa-cea até a palmeira; desde o zoophyto até o homem; desde o átomo até o astro... O universo todo é um poema que revela a beleza do Criador.

Deus é mais belo na Redenção, desde o presepio até o calvario; desde os primeiros vagidos do menino-Deus até as reparações sangüinolentas do Varão Divino crucificado como uma vítima divina... A Redenção é uma obra-pra que revela a beleza do Redentor.

Mas Deus é mais belo ainda na *sanctificação*. Criar o que não existia — é seu poder. Salvar o que se tinha perdido é a sua sabedoria. Mas regenerar o que se tinha desviado, purificar o que se tinha corrompido, divinizar o que se tinha tornado terrestre e animal, santificar o que se tinha prostituído, — isto é a sua Bondade. O Seu Amor, o maior de todos os seus prodígios. Não admira ser tão pouco venerado e conhecido o Espírito Santo, o Espírito da Paz, o Santificador das nossas almas quando mais o mais se evidencia que o mundo e a politica hodiernos deterraram do seu vocabulário as palavras: FE, SANTIDADE, CARIDADE, PAZ, e termos identicos. Mas sempre permanece em pé esta inabalável verdade: *cu é homem ha de sujeitar-se ao Espírito Santo; ou ha de ser dominado pelo espirito*... e o que acontece com o

Salve excelso Padroeiro da Terra Guararensê!



Divino Espírito Santo, sede a Luz que dissipe as trevas da terra de Santa Cruz; fazei que todos os brasileiros sejam um só coração e uma só alma no vosso amor.

homem, acontece com a família; e o que acontece com a família, acontece com a sociedade, onde a influencia mais ou menos determinante do espirito divino ou do espirito satânico explica as alternativas de luz ou de trevas, de virtudes ou de crimes, de paz ou de discórdia, de harmonia ou de desarmonia, de liberdade ou de escravidão, de glorias ou de vergonhas, de prosperidade ou de catastrophes. É fato o que nos diz a experiencia quotidiana, e nos ensina a philosophia da historia, a qual mostra com uma evidencia insofismavel como consequencia do esquecimento destas verdades o castigo, a vergonha, a escravidão, tanto para os individuos como para familias, sociedades e povos. *«Veritas liberabit vos»*. Quanto mais os homens, as familias, os povos se afastam da influencia do Espírito Santo, mais se degradam e se escravizam...

Sendo o amor que orienta, caracteriza e transforma o homem, porquanto é elle necessariamente a força moiz de todas as faculdades espirituales, dizia com acerto Santo Agostinho: *«Cada um é tal qual o seu amor. Ama a terra, — tu serás terra. Ama a Deus, — tu serás Deus»*.

Festa do Padroeiro

5 hs. da manhã: Alvorada. Banda de Musica. Repique festivo dos sinos das Igrejas. Salvas e girândolas.

6 hs. da manhã: — 1.ª Missa. Comunhão paschal dos moços e homens católicos do lugar. Comunhão geral do povo e Associações.

8 hs: — 2.ª Missa pelo progresso material e religioso de Guará.

10 hs: — Missa solene cantada por 3 Sacerdotes. Brillante côr, e orquestra. Sermão a Evangelho.

5 e 12 hs da tarde: — Imponente Procissão do Padroeiro pelas principais ruas do lugar.

Ao recolher: — Sermão. Te-Deum e Benção do Santissimo Sacramento.

Recorte 14: Matéria publicada na 1ª página do Jornal O Guarará, mencionando a realização da Festa do Padroeiro de Guará, em 12/05/1940.



Intronização da imagem de Santa Tecla na Matriz - 1954

Foto 15: Belíssima imagem da Praça do Divino em frente à Matriz, durante a cerimônia de entronização da Imagem de Santa Tecla, em 1954.



Foto 16: Vista da Matriz a partir da Praça do Divino, na década de 1980.

Foto 17: Detalhe do interior do Altar-Mor, na década de 1970.



Foto 18 e 19: Igreja Matriz no ano 2000, com as cores rosa e marron e com a mudança de cor anos depois.



Foto 20: Em 2014 foi possível ver que suas paredes são de barro e trançadas com madeira e bambu após a queda de parte do reboco lateral.



Foto 21: Visita do Núncio Apostólico do Vaticano D. Giambattista Diquattro à Páróquia do Divino Espírito Santo, em 04/02/2023.

Fonte: Ricardo Rossi.



Foto 22: Altar-mor da Igreja Matriz, em 2024.

Fonte: Ricardo Rossi.



Foto 23: Altares laterais e Altar-mor da Igreja Matriz, em 2024.

Fonte: Ricardo Rossi

15 - FONTE DA PESQUISA

- Acervo de Fotos, Jornais O Guarará e Livros Históricos do Espaço Cultural José Vieira Camões, Guarará – MG.
- Informações contidas na Ficha de Inventário da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, pertencente ao Setor de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura de Guarará – MG.
- Arquivo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Guarará – MG.
- Arquivo do Pesquisador Jânio José Ferreira.
- Arquivo de Antero Souza Rocha.
- Acervo de Eloíza Terezinha Ferreira da Fonseca e família.
- Acervo de Imagens de Luiz Ricardo Martins Rossi.
- Fotografias obtidas na internet (Facebook Guarará em Fotos e Guarará Patrimônio Histórico) além de outros meios digitais.
- Facebook e Instagram da Paróquia do Divino Espírito Santo de Guarará – MG.
- Folheto Comemorativo aos 150 anos da Igreja Matriz, em 2007.
- Arquidiocese de Juiz de Fora – MG.
- Arquidiocese de Mariana – MG.
- Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro – RJ.
- Blog O Guarareense de Francisco T. Oliveira.
- Blog Guarará História em Fotos de Amarildo Mayrink.
- Acervo Fotográfico de Antônio José Gomes Bastos, bisneto do 2º Barão de Catas Altas.

- Jornal O Município de Bicas - José Maria Machado Veiga.
- Bispado do Rio de Janeiro na Zona da Mata - Especial para os Diários Associados, Celso Falabella de Castro.
- Um olhar sobre o Passado - Carlos Augusto Machado Veiga, 2013.
- Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana - Cônego Raimundo Trindade, 1945.
- Eles por Ele - a Presença Sacerdotal Em Bicas Desde 1900 - Rosália Mayrink Corrêa e Cássio Barbosa de Castro, 2004.
- Dicionário dos Autores Leopoldinenses - José Luiz (Luja) Machado Rodrigues e Nilza Cantoni, 2018.
- Traços Históricos, Sinais da Igreja no Juiz de Fora, Tomo II - Côn. Francisco Max. De Oliveira, 1978.
- “Se Essa Rua Fosse Minha” - As Ruas de Guarará. Eloíza Terezinha Ferreira da Fonseca, 2019.
- O Guarará e Sua Linha do Tempo Entre 1814 e 2023, Rodrigo Machado Alves, 2024.
- Anuário Histórico Corográfico de Minas Gerais - Nelson de Senna, Ano III, 1909.

MINISTÉRIO DA
CULTURA



POLÍTICA NACIONAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE GUARARÁ
ADM. 2021/2024

